

Parte Segunda

Metodologia: uma questão em questão

1. Concepção de teoria e Metodologia

Nobuco Kameyama

Meu texto foi preparado como uma intervenção sobre os pontos que foram levantados até aqui, nos debates e que articulam-se com as questões retomadas hoje, como: a mediação, a concepção de teoria e metodologia; a existência de teoria ou teorias no Serviço Social; a diferença entre especificidade, identidade e particularidade do Serviço Social. Vou tentar trabalhar essas questões, deixando a última parte para a intervenção da Marilda.

Parto do pressuposto de que o Serviço Social é uma especificidade das Ciências Sociais e, portanto, não tem uma metodologia própria e carece de uma teoria específica. Os pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social fundamentam-se nas correntes das duas matrizes centrais do conhecimento social: a teoria social marxiana e as chamadas Ciências Sociais. Nesse quadro, retomo algumas questões levantadas na pesquisa dentro da perspectiva marxista.

1. *Relação Teoria/Prática*: no seio do Serviço Social afirma-se comumente que a atividade teórica é diferente da prática e, enquanto teoria, ela não tem condições de orientar a "prática" profissional. Daí decorre a dicotomia entre teoria e prática, ou seja, "uma contraposição entre teoria e prática, que tem sua raiz no fato de que a primeira, em si, não é prática, isto é, não se realiza, não se plasma, não produz nenhuma mudança real" (Vasquez, 1977: caps. 1 e 2, 2.ª parte). Creio que essa dicotomia apresentada resulta na compreensão do que é teoria e prática na teoria marxiana. Quando se coloca a teoria marxiana e a teoria das Ciências Sociais, não se inclui a teoria marxiana

* Questões para debate no Seminário Nacional sobre Ensino de Metodologia no Serviço Social realizado na PUC-SP no período de 11 a 15/04/88.

como uma das teorias das Ciências Sociais. A teoria marxiana tem uma especificidade na medida em que é a única teoria que resgata a totalidade e que também coloca a questão da transformação. O que vem a ser essa teoria? Pode-se dizer que a teoria é a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, idéias, referentes à essência do objeto, à suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora. Por isso, então, na teoria marxiana a questão do conhecimento está internamente ligada com a questão da transformação. O conhecimento visa a transformação que é a prática social. A prática social, aqui entendida num sentido mais amplo, não se reduz à prática profissional, pois esta constitui uma dimensão da práxis entendida como totalidade. No entanto, a teoria em si não transforma o mundo. Ela pode contribuir para a transformação desde que seja assimilada por aqueles que, atraídos de atos reais e efetivos, vizem tal transformação. Esta ação efetiva de transformação é a prática entendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade. Essa prática se efetiva na produção material, na atividade social e política e na investigação (o que chamamos de prática de conhecimento).

De acordo com Vasquez, a práxis compreende prática produtiva, prática política e a prática do conhecimento ou investigativa. Existe no entanto uma distinção entre essas três práticas. A prática na produção material, ou seja, a práxis produtiva, é a práxis fundamental, porque nela o homem não só produz o mundo humano e humanizado, mas transforma a si mesmo. É o trabalho que o homem realiza sobre a natureza — relação homem/natureza. Trata-se portanto de um "processo de transformação material da natureza e deve-se entender, também, que ao final do qual" se produz um resultado que já existia idealmente (cf. Marx, 1980). A prática investigativa ou teórica, por sua vez, proporciona um conhecimento indispensável para a transformação da realidade ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação. Significa que já se tem, no pensamento, o ideal. E esse ideal é concretizado.

A prática social e política é a atividade de transformação e alcança sua forma mais alta na prática revolucionária, que seria a prática

política sob a direção de um partido político. Embora haja essas distinções, a prática efetiva se encontra em unidade indissolúvel com a teoria. É bom lembrar que o que existe é a unidade e não a articulação. Existe hoje na formação profissional uma preocupação com a articulação entre teoria e prática, quando não se trata da articulação, mas da unidade indissolúvel entre teoria e prática. Na medida em que o homem age sobre a natureza, a sociedade, ou outros homens reais, tem-se como resultado a transformação real, objetiva do mundo natural ou social. Nesse sentido pode-se dizer que a prática é o fundamento da teoria, ou seja, o ponto de partida e a base principal e substancial do conhecimento. O próprio conhecimento se desenvolve com base na prática, pois o conhecimento e as ciências surgem e se desenvolvem devido às necessidades da prática, às necessidades da vida. Na 8.ª tese sobre Feurbach, Marx afirma: "Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a doutrina do misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa prática". Quando se afirma: "Devemos partir da prática", essa prática deve ser entendida a partir de categorias mais globais. Na prática colocam-se à prova os conceitos e as teorias, estabelecem-se a sua veracidade ou falsidade, precisam-se e sistematizam-se os conhecimentos.

No entanto, o critério da prática é relativo, assim como a teoria no sentido de que, tanto a prática quanto a teoria encontram-se num processo de desenvolvimento constante no qual o papel determinante pertence à prática.

A teoria e a prática constituem, portanto, aspectos inseparáveis do processo de conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade, levando em conta que a teoria não só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação. Vasquez diz que a questão da unicidade entre teoria e prática não pode ser formulada com justeza quando temos presente a prática como atividade objetiva e transformadora da realidade material e social.

2. *Metodologia do conhecimento e metodologia de ação:* nas propostas de ensino de metodologia existe uma preocupação em distinguir o nível de conhecimento que consistiria numa reflexão estritamente teórica do ser social (objeto) e o nível de intervenção considerado como prática. Aqui, a prática do Serviço Social é diferente da práxis, dentro da concepção marxista. A prática do Serviço Social ou a

prática profissional faz parte dessa prática, mas não se confunde com a prática social. A justificativa dessa separação fundamenta-se em uma postura que considera que a metodologia de conhecimento fornece o conhecimento das leis gerais da sociedade capitalista, mas é incapaz de explicar e interpretar o particular, onde se dá a prática do profissional.

Essa justificativa nos remete à compreensão do que significa o método de conhecimento. Antes de tudo é preciso compreender que o método de conhecimento está estreitamente relacionado à teoria, às leis gerais do funcionamento e desenvolvimento do ser social que se pretende estudar. Assim, afirmar que o Serviço Social tem uma prática funcionalista e uma teoria dialética, sugere que alguma coisa está errada. A teoria social marxista já tem embutida em si o método do conhecimento. Nesse caso, a teoria tem uma função explicativa e reguladora, indicando como o pesquisador deve abordar o objeto que pretende conhecer ou transformar e que operações cognitivas e práticas deve realizar para alcançar o objetivo pretendido.

Embora a teoria e o método constituam dois aspectos relativamente independentes, com formas diferentes, a teoria e o método estão interligados e dependem um do outro. Cada método científico é elaborado à base de uma teoria. O método deve refletir as propriedades e as conexões sobre as quais queremos desenvolver a atividade prática. Essas propriedades e conexões são descobertas pela teoria e interpretadas por ela. O método de conhecimento consiste, portanto, em reproduzir na consciência o objeto em todas as suas conexões e relações principais. Esta reprodução mental e integral efetiva-se com a ajuda de conceitos abstratos. É o método que permite elevar-se do abstrato ao concreto, que nada mais é do que o modo como o pensamento se apropria do concreto sob a forma de concreto pensado; que não é, de modo nenhum, o próprio concreto.

No entanto o processo que se opera no pensamento e que consiste na reprodução espiritual do objeto real, sob a forma de concreto pensado, não transforma a realidade porque, entre a teoria e a atividade prática transformadora, se insere um trabalho de mediação. Nesse sentido pode-se considerar que uma teoria é prática na medida em que se materializa através de uma série de mediações, isto é, a teoria precisa ser transformada em prática através das mediações adequadas, buscando sua objetivação ou realização. O que são essas mediações? A mediação se faz na materialização da teoria na prática. É a relação do imediato com o mediato. Na medida em que se tem

uma teoria, tem-se uma metodologia de conhecimento, já se tem o concreto pensado, como vai se transformar isso numa prática? Então entram as mediações não como elemento de ligação entre teoria e prática. A mediação está entre o resultado do conhecimento e a efetividade desse resultado. É dessa mediação que pode sair a educação das consciências, a organização dos materiais, o plano concreto da ação, o conhecimento das condições materiais, a análise de conjuntura, onde vai-se ver a estrutura, a superestrutura, as classes sociais, as relações de forças etc. Diante disso entra a estratégia e a tática que se desdobram em procedimentos metodológicos ou formas de abordagem.

O método de conhecimento, além de ser um método analítico sintético, se utiliza da indução e da dedução para o processo de conhecimento. São formas de obter o conhecimento. A indução é o movimento do pensamento dos fatos separados para os postulados gerais; parte do conhecimento particular para a generalização. Enquanto a dedução é o método contrário: o pensamento vai dos fatos gerais para o particular. É nesse processo indução/dedução que se pode abordar o particular, na medida em que se vai do geral com a teoria ou as leis gerais, analisar uma especificidade. É Octávio Ianni que diz que Marx constrói, através do estudo do *18 Brumário*, a categoria do Estado burguês e que se pode utilizar as mesmas categorias ou as mesmas abstrações que Marx fez e construir uma nova categoria que seria o Estado burguês brasileiro. O importante é a apropriação, não só da teoria (conhecimentos acumulados), mas também de método de análise, em outras palavras, não é suficiente só para os alunos como também para os docentes a apropriação dos conhecimentos acumulados na teoria marxista. É fundamental que se apropriem também do método de análise para fazer a análise do particular. Isso remete à questão de que o ensino de metodologia deve repassar todo o processo de formação, porque existe a interligação teoria/metodologia e o próprio estágio, entendendo-se que este é uma prática profissional constitutiva da práxis, e que não se confunde com a prática social.

Fica então uma questão muito idealizada que, em geral, entende a prática profissional como prática social, dizendo que é preciso fazer revolução e que cabe ao Serviço Social a tarefa de transformação. Nesta perspectiva, as disciplinas e toda a estrutura de formação profissional devem ser repensadas. Há, ainda, a questão que Vicente Faleiros coloca: muitas vezes fica-se na teoria e não se avança na prática. O problema fundamental é que na Universidade a teoria é

Debate sobre a Intervenção
de Nobuco Kameyama

mal dada. Não é ministrada como um sistema de leis e sim com base em informações parciais. O que é preciso passar refere-se a um conjunto integrado, a um paradigma, e não apenas a alguns conhecimentos. Nesse conjunto, é fundamental apropriar-se do método do conhecimento. Aliás, toda a teoria de Marx não é mais do que o resgate do método que ele utilizou. Na medida em que a teoria for bem dada, ter-se-á, naturalmente, a materialização dessa teoria na prática, o que resolve o problema da instrumentalização, da operacionalização da prática, da intervenção.

Outra questão é quanto a confusão entre prática social e prática profissional. Essa questão se acopla à confusão que se faz (quando se lê Gramsci) entre a prática e o senso comum. Ela perpassa hoje toda a educação popular na medida em que hoje o critério da verdade é a prática.

Assim, o povo sabe. E os assistentes sociais nada têm a fazer. Cai-se no basismo. Isso perpassa também toda a pesquisa-ação que hoje está em moda no Serviço Social. A pesquisa-ação não é nada mais que uma sistematização da prática. Ela só pode vir a ser uma pesquisa se definir um objeto de pesquisa dentro de um conjunto de ações. O desenvolvimento e a análise da prática precisa da teoria para explicitá-la.

Na perspectiva marxista, quando se fala no objeto do Serviço Social, estamos referindo-nos também ao sujeito que se constrói historicamente. A abordagem metodológica, neste caso, diz respeito à relação sujeito/objeto. O que interessa são as relações que o Serviço Social estabelece com o objeto de sua ação no processo de conhecimento e da intervenção, dos quais a teoria é o ponto de partida e a realidade sua referência fundamental.

As regras, as técnicas, não têm valor em si mesma, elas se valorizam a partir das perspectivas que lhes dão feição.

Bibliografia

- MARX, K. *Capital. In: Vasquez, A. S. Ciência e Revolução*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Caps. 1 e 2 da 2.ª parte.

Altaiza Spasati — Proponho colocar em questão sua formulação sobre a apropriação do conhecimento e sua relação com o enfrentamento dos problemas da prática. Não ficou bem claro.

Nobuco Kameyama — Há um método do conhecimento que cria uma teoria, mas essa teoria precisa ser transformada em prática, através das mediações adequadas. O que vem a ser mediação? Exatamente a relação entre o mediato e o imediato. Como se faz essa mediação? Há todo um procedimento que seria a organização dos materiais, organização das consciências, plano concreto de ação, reconhecimento das condições materiais, pesquisa, análise de conjuntura. Feita a análise de conjuntura entra-se com a estratégia e tática e com os procedimentos metodológicos ou as formas pedagógicas que pode se chamar de instrumentalização. Isso é o método de conhecimento. Na teoria marxista o método de conhecimento só tem razão de ser quando há relação com a prática. E a própria transformação vira uma nova realidade a qual precisa se conhecer de novo. Então, é um processo dialético. A prática fundamenta a teoria e a teoria orienta a prática.

Vicente Faleiros — Quem não segue esse método, conhece errado?

Nobuco Kameyama — Não. É preciso lembrar, no entanto, que o Serviço Social está saindo do conservadorismo, do positivismo há pouco tempo. O assistente social ainda é neófito. São poucos os docentes de Serviço Social que conhecem marxismo, tantas vezes se ensina marxismo através de alguns textos não dando um quadro teórico integrado. Disso resulta um conhecimento insuficiente para fazer o movimento.

Vicente Faleiros — O próprio Marx não inventou a verdade. Ele viveu um processo histórico. Nem a teoria do valor foi sua invenção. Ele retomou alguns elementos do seu tempo e repensou de uma outra

forma. Ele rearticulou uma teoria existente. Inclusive com a teoria de A. Smith (do trabalho comandado) e a de Ricardo (do valor contido), Marx se situa no debate histórico, e o seu ponto de vista, que é um ponto de vista, não pode ser clareado se não estiver em confronto com a história. Não se pode entender Marx sem levantar a problemática na qual situou-se.

Marina Maciel Abreu — O que está sendo posto me leva a entender que há prevalência da teoria sobre a prática na perspectiva marxista.

Nobuco Kameyama — Existe uma certa autonomia entre a teoria e a prática. Na teoria marxista a teoria só tem razão de ser se ela for à prática. Para isso é preciso a mediação. A prática transformada válida ou não a teoria. Se não válida, é necessário rever.

7 A teoria é o ponto de partida. Não é o determinado e nem prevalece sobre a prática. A teoria vai se apropriar do concreto para transformar o concreto em concreto pensado, para se proceder à abstração. A abstração é possível através das leis do conhecimento. Na medida que se tem o concreto pensado, volta-se à prática. Na medida que se transformar essa prática, ela não é mais a mesma prática, a mesma realidade. Assim essa nova realidade volta novamente à teoria. O processo é esse: parte-se da teoria mas a prática fundamenta a teoria e a teoria orienta a prática. A teoria materializa-se na prática e a prática fundamenta a teoria.

Marilda Viela Tamamoto — O concreto pensado não se confunde com o próprio concreto. A realidade mantém sua autonomia diante da teoria. Ela se mantém enquanto tal. Para se apreender esse real, a teoria tem uma previdência na leitura desse real. É garantir a interação sem diluir as duas questões.

Alaíza Spasati — Como fica a questão de que a teoria é uma das apreensões do real já que o real é muito mais abrangente do que a teoria.

Nobuco Kameyama — Tanto a teoria quanto a prática são limitadas e são determinadas historicamente. O que fica importante aí é o método de conhecimento. Retomando Lucks, ao criticar Weber ele diz que Weber não apreende a realidade na medida em que vê a realidade capitalista do ponto de vista capitalista, enquanto que a totalidade que Marx apreende é do ponto de vista do proletariado.

José Paulo Netto — É preciso cuidar porque pode parecer que todas as teorias são iguais. Há uma teoria do desenvolvimento capitalista que é neoclássica e há uma teoria marxista. São diferentes na medida em que uma explica estrutural e funcionalmente a crise e a outra não. Há teorias melhores ou piores na medida em que explicam mais ou menos a realidade. Uma dá conta do real e a outra toma apenas parte dele. A questão não é apreender certo ou errado. A questão é a da totalidade e da parcialidade.

Vicente Faleiros — É a questão da unilateralidade colocada pelo próprio Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política*. Pode-se apreender a realidade de múltiplos ângulos? Ou o conhecimento da realidade é unilateral? As múltiplas determinações caracterizam um processo. Há teorias e teorias. Uma não é igual à outra. A medida que se coloca o desdobramento do conhecimento, só pode ser entendido como luta e não como um método prefabricado que explica tudo. O que é preciso analisar é o aspecto político dessa luta teórica, ou seja, como o teórico se engata ao político, como se faz a articulação entre uma determinada visão de mundo, que pode ser mais ou menos fundamentada, com os processos políticos daquele momento. Pode-se confrontar a opinião de Marx com outras opiniões esclarecendo-se muito mais a realidade do que se analisa somente o ponto de vista de Marx. Se se analisa somente o ponto de vista de Marx, não se dará conta dos outros com os quais se está confrontando. Se se percebe um confronto que analisa em profundidade os outros pontos, entender-se-á melhor aquela realidade. É nesse sentido que o teórico passa a ser político. Não basta conhecer o capital para conhecer o mundo. O enfrentamento teórico é um processo que exige conhecer o mundo. Esse enfrentamento é um processo que exige perceber as forças que estão defendendo aquela teoria. O serviço social também está dividido. Ele não é um bloco monolítico. Há no seu interior um enfrentamento. Há diferentes pontos de vista face à questão que é colocada ao Serviço Social historicamente. Esses diferentes pontos de vista são iluminados por um debate, por um confronto nesse processo de desafios profissionais. Há uma reflexão que é produzida nesse desafio profissional que enfrenta vários pontos de vista. Quando se fala de problemas, fala-se numa concepção de problema que se enfrenta no dia-a-dia e que articula questões teórico-práticas numa determinada posição. Nesse sentido, quero manifestar minha discordância de que o Serviço Social não tem teorias, não tem métodos. A questão é se o Serviço Social tem ou não teoria

própria e método próprio. Como a teoria supõe um confronto de posições abstratas que capturaram ângulos do real, ela articula reflexões. O Serviço Social, diante de um problema, elabora reflexões, crítica determinadas posições, inclusive cria teorias.

Nobuco Kameyama — Com que categorias o Serviço Social fez reflexão? Qual as raízes dessas categorias?

Vicente Faleiros — Mary Richmond traduzia na sua proposta diagnóstica a categoria do bom e mau cliente. É uma categoria ideológica. Os assistentes sociais começaram a criticar essa categoria ideológica e elaboraram a categoria de força, de organização, de relação de poder. Articula-se uma construção teórica para dar conta da ação e da explicação, que pode até enriquecer a posição marxista. Se se levar em conta múltiplas determinações da prática profissional que a teoria de Marx sequer sonha em levar em conta (ex.: raça, cor, religião, sexo), que fazem das relações do assistente social com sua clientela determinações muito importantes. É muito diferente atender um cliente japonês budista de um católico ocidental, embora ambos estejam no capitalismo.

Marilyda Vilela Iamamoto — É importante clarear as diferentes categorias: bom e mau; força, poder etc. São categorias de qualidade teórica diferente, de raízes teóricas diferentes. E têm o mesmo poder explicativo?

Vicente Faleiros — São categorias teóricas mas não têm o mesmo poder explicativo.

Nobuco Kameyama — A teoria marxista não fica em Marx. Na teoria política pode-se considerar Lenin, que fez um avanço, e Gramsci. Mas para entendê-los é preciso ler Marx, Lucács. Cada qual deu sua contribuição dentro do marxismo.

Marilyda Vilela Iamamoto — É importante a discussão de Faleiros, quando introduz a questão da cultura, das diferenças de raça, religião, cor etc. Gostaria de clarear a afirmação de que classe não é suficiente, também concordo que classe só não dá conta. Quando se discute a questão do método de Marx não se quer dizer que se deve trabalhar só com classe. Há toda uma discussão da questão nacional, da questão da cultura que está dentro da tradição marxista. Ao se discutir a questão do método de Marx, não significa trabalhar exclusivamente com o ângulo da produção feita por Marx. Há toda uma tradição de reflexão de Marx embutida nessa discussão de mé-

todo e há conteúdos importantes. Isso não implica em reduzir Marx à noção de classe.

Nobuco Kameyama — A questão de classe não está bem estudada no Brasil, principalmente nos países subdesenvolvidos. A categoria de classe em Marx aparece numa sociedade concorrencial onde o operariado era uma grande maioria. Como usar hoje o mesmo raciocínio de Marx, num país subdesenvolvido, onde se colocam os desempregados, o lupem, o pessoal de serviços (que hoje é de 3 milhões) e o operariado (que é de 8 milhões)? Daí o método ser o patamar mais alto para explicar tais questões. Não se pode dizer que Marx deu resposta a tudo, mas o método marxista é o patamar mais alto que possibilita maior clareza e explicação da realidade.

Justina Iva — A questão de não enxergar a realidade pelo método marxista é problema de quem olha a realidade, e não do método.

Aldalza Sposati — A princípio, o assistente social sendo "o agente" que lida com a linguagem, indica uma certa tendência na profissão em que a mudança do real passa até pela questão da mudança do discurso. É a questão da precedência do discurso que ocorre no Serviço Social.

Vicente Faleiros — A luta teórica tem vários níveis. Pode-se estar expressando uma questão sem se dar conta de todas as consequências que ela implica. Há contribuições sobre as diferentes questões daqueles que conhecem a teoria marxista e daqueles que não a conhecem também. Esse entrosamento vai dar um certo nível de aprofundamento no discurso das questões. O Serviço Social como prática pedagógica pode contribuir para aprofundar esse discurso e as suas consequências mais globais. O tipo de luta que o conhecimento vai iluminar pode até ser ampliado no sentido da compreensão dos blocos históricos e de definição de estratégias.

Marilyda Vilela Iamamoto — Há a questão da dimensão crítica, da luta teórica que tem a própria teoria. Há uma discussão que passa pelo enfrentamento do real, mas passa pela problematização que se faz do real, a nível da teoria. Quando Marx coloca a questão da alienação do trabalho, como categoria fundamental de análise, ele já tem um ponto de vista de classe que, ao apontar a discussão da alienação do trabalho, aponta a superação da alienação do trabalho. A questão da dimensão crítica da teoria, ela está embutida na própria análise, na própria construção, na própria indagação que se faz desse real, que implica num ponto de vista de classe. Jamais a economia

clássica colocaria a discussão nesses termos que implicam na ultrapassagem, na realidade dessa alienação. Há essa dimensão da crítica, de radicalidade da teoria de luta de classe que está embutida no próprio universo das questões que a teoria coloca. Essa questão está no debate, na construção da indagação. Nobuco colocava a idéia de onde está a especificidade dessa discussão metodológica da teoria marxiana. Ela levantava a questão da totalidade e da dimensão prático-crítica. Revolucionária ao nível de que a própria reflexão joga a necessidade de ultrapassagem dessa realidade, pela prática social.

Altaiza Sposati — A afirmação de Marilda se contrapõe à de Faleiros quando fala do conhecimento como luta e do conhecimento como método, dentro da questão do método. O método já faz com que se privilegiem categorias que movimentam a história?

Nobuco Kaneyama — Gostaria de começar colocando o óbvio. O desenvolvimento se dá pela luta de classe. E a luta de classe também envolve, fundamentalmente, a luta do conhecimento, a luta das concepções, da desmitificação. O positivismo foi para a burguesia um instrumento de luta contra as concepções religiosas da aristocracia. A luta pela destruição da burguesia foi teórica. E o positivismo era revolucionário naquela época. Era um estágio de desenvolvimento que existia. O positivismo percebe o capitalismo do lado capitalista, por isso faz uma luta contra a aristocracia. Há hoje o marxismo que faz a análise de outro ponto de vista. Há uma questão importante colocada por Octávio Ianni onde ele diz que a opção de Marx pela classe operária não é ideológica nem política. Ela é científica, porque ele via na classe operária o futuro sujeito da transformação. Nessa luta do proletariado contra a burguesia há uma luta ideológica que, segundo Gramsci, é a contra-ideologia. Essa luta ideológica nada mais é do que a luta das concepções marxistas contra as concepções positivistas.

José Paulo Netto — Gostaria de pontuar algumas coisas: enfrentar o final dos anos 80 com *O Capital* na mão não dá. Sem ele, também não. Como fazer com certas categorias sociais que hoje estão emergindo: a mulher, o negro etc. Como Marx se relacionava com isso no seu tempo? Marx trabalhava as questões "por dentro". Hoje, qual deve ser a nossa postura? Devemos estar atentos para todas as abordagens que estão se dando. Como incorporar isso? Há dois caminhos. O primeiro caminho é a partir da idéia de que se Marx não estudou a cultura (há muitas dúvidas sobre isso. O capital está permeado de discussões sobre a cultura, sobre subculturas. Há um texto de

Marx específico sobre isso, *A questão judaica*, que é o enfrentamento de uma questão cultural), se não dão conta do agora, vai-se "completar" Marx com outros autores não marxistas?

Há um outro caminho para isso. É tratar dessas realidades emergentes da mesma forma como Marx tratava os problemas do seu tempo. Não aceitar essas colocações tais como elas são postas, mas recolhê-las não enquanto respostas mas enquanto problemas. A questão central na teoria social de Marx não se relaciona aos resultados mas ao método. Pode-se discordar de todos os resultados parciais de Marx. O eixo é a questão do método. Pode-se extrair da obra de Marx ou da tradição marxista que envolve Althusser, Gramsci etc. uma perspectivação do sujeito diante do processo a que ele se vincula como pesquisador. Vai-se resolver isso não incorporando o que está saindo nas Ciências Sociais, mas submetendo-o ao mesmo tratamento metodológico que Marx apresentou, até para chegar a conclusões diferentes.

Uma segunda pontuação discute a questão da teoria e prática, a vinculação de teoria com a prática. Como alguém em 1857, quando ainda não se tinha transitado para a chamada segunda Revolução Industrial (era uma época de passagem da primeira para a segunda) consegue conceber a automação da produção. Como isso se engrena com a prática? Que relação é essa? Será que os debates estão nos ajudando a entender o real? Lenin coloca que "sem teoria revolucionária não há prática revolucionária". Por que essa ênfase?

Um terceiro ponto é a questão da teoria e da prática não estarem sendo colocadas na sua absoluta diferenciabilidade. Alguns autores são elucidativos. Como é que de um mesmo marco teórico para problemas práticos-imediatos, apresenta-se posições diferentes? Como isso é explicado? O Serviço Social tem talvez um marco de referência teórico, senão similar, muito próximo. A partir disso, diante de problemas que são econômicos, sociais, políticos, o modo de intervenção e pensar a intervenção não só é diferente, como é conveniente. Qual o papel da teoria nisso? Esse não é um problema novo. Isso aconteceu com Marx e Engels quando arrebenta a guerra civil norte-americana, em 1860. Os dois se correspondiam todos os dias. Um em Manchester e o outro em Londres. Ambos questionam análises completamente diferentes sobre a guerra civil, inclusive sobre o desfecho dela. A teoria não é o receptor da prática. A instância da prática tem um grau de complexidade que teoria nenhuma consegue apanhar. ("O saber jamais esgota o ser"). Assim, freqüentemente a visão que se tem da relação teoria-prática é falseada. Há uma unidade. Ela é constituída de quê?

Freqüentemente passa a idéia de que com uma boa análise da realidade, acertar-se na intervenção (no sentido do ter êxito). Isso é questionável. Parece que a análise da realidade é um elemento fundamental para intervir com êxito. Não há, entretanto, garantia nenhuma para uma boa intervenção. Como se explica isso? Parece que os níveis são muito distintos.

Teoria (para alguns, ciência) é um modelo do real. É um paradigma sobre o real, é uma explicação onde se tenta entender a lógica do movimento real ou é a apreensão do movimento próprio do real? Se a teoria é uma construção ideal para dar conta do real, abre-se um espaço, uma fratura quanto à intervenção que é, no mínimo, problemática. Se a teoria, se o conhecimento teórico é um resgate aproximado de tendências que operam no movimento do real, ou seja, se se tem uma visão ontológica de teoria e não epistemológica, gnoseológica, a questão de reflexão sobre a prática muda inteiramente de sentido. Nem todas as categorias são ontológicas. Há categorias que são reflexivas. São artificiais que a razão precisa criar para apanhar o real. Trata-se mal a questão colocada por Marx quando ele afirma que as categorias são expressão do modo de ser, de formas de existência do real. Elas não são intervenção. São construção. Nobuço pensa o método nessa perspectiva ontológica, onde a teoria é uma construção que procura apreender o ser. Se se caminha em outra linha, as coisas tornam-se diferentes. A única garantia de pensar teoria e prática nessa perspectiva coloca a existência de diferenças entre conhecimento e intervenção num processo unitário, porque o objeto é a processualidade real, é o movimento real.

Há influências, que rebatem sobre os profissionais, que são, em princípio, extremamente positivas. Há profissionais pensando Gramsci, Lucács, Althusser, o que os diferencia, enriquecendo o confronto. É fundamental ver os interlocutores e situá-los historicamente. É necessário trabalhar os interlocutores (Gramsci, por exemplo) para conhecer, situando-o. A idéia do conhecimento como luta é complicada. Como aproveitar a questão do movimento situado historicamente? Os processos revolucionários permitem constatar que, em todo processo revolucionário onde se consolida um novo poder, termina em cisma. É a nietzscheana vontade de poder? É por que expressa frações de classes diferentes? Não. É que a preeminência, a urgência, os estrangulamentos do processo social, além de não serem esclarecidos inteiramente pela teoria (há sempre um resíduo que não é controlado), ela está sempre atrasada. Isso não exige de procurar um conheci-

mento que seja verificado aqui e agora. Existe um acervo, uma metodologia, uma forma de encaminhar a análise. No entanto, isso é sempre precário. A teoria ajuda a clarear, mas é preciso embeter os seus limites, e a insubstituibilidade e a necessidade do caráter compulsório da iluminação teórica. Ter clareza de um instrumento em face do real. Não basta conhecer e se apropriar de um método. Há necessidade de um sujeito coletivo. Os coletivos que pensam as organizações partidárias. Evitar os equívocos que, mesmo com excelentes quadros teóricos, se cometem. A razão não é limitada. Historicamente, ela tem ocupado mais terreno, mais ângulos. Se não se tiver o limite histórico da razão, abre-se campo para o praticismo. Faz-se da razão um fetiche. Quando a razão não funciona, entra a prática. É importante ter clara a concepção de teoria como ontológica ou como modelo. Essa última concepção também está presente no marxismo. Essa discussão não passa fora do marxismo.

Marilda Vilela Yamamoto — As leis se realizam através de contradições. As leis são contraditórias. A questão da práxis revela a totalidade da realidade. É o movimento do real, do sujeito social que dá conta desse processo. Definir a particularidade da prática profissional na prática social leva ao entendimento de que a prática profissional é uma expressão da prática social, dessa totalidade do movimento da sociedade, da história, da produção científica, artística, na dimensão material e espiritual. O que vai dar a particularidade dessa expressão? É a maneira como a profissão se inscreve na divisão do trabalho dessa sociedade o que faz com que não seja qualquer prática política. Ela tem uma particularidade que deriva da função, da necessidade histórica.

Há algumas determinações históricas que dão um ângulo particular dessa prática na sociedade. A prática social é a prática da sociedade em movimento. Ela está estruturada na divisão do trabalho que vai dar origem a uma série de coisas. Nesse processo, existem as diferentes atividades, uma das quais a atividade profissional. Ela é um tipo de trabalho que possui dimensão política, mas que não é em si uma prática política por excelência. Seu caráter político liga-se à maneira como ela se inscreve como tipo de trabalho. A passagem pela inserção, pela função, é fundamental. Se se inserir diretamente no intelectual orgânico, no político, transfere-se uma potencialidade política para a prática profissional que ela não tem. Ao passar por isso, o Serviço Social tem repercussões políticas, repercussões nas relações do poder, pois é uma atividade que está inscrita num tipo

de trabalho que é jogado nesse campo. São duas inserções. A inserção que eu sustento aponta para algumas mediações fundamentais que fazem pensar a dimensão política na profissão. O assistente social tem algumas características de um intelectual não porque em si ele é um intelectual mas porque a função dele na divisão do trabalho passa pela mediação profissional.

José Paulo Netto — O que não é prática social? É preciso ter cuidado para tratar esse conceito pois tudo pode ser prática social. E se tudo é prática social, nada é prática social.

Franci Gomes — É preciso clarear a questão da historicidade, como se coloca a história da natureza (com ou sem sujeito) e a história da sociedade?

José Paulo Netto — Joga-se com dois eixos. No plano da teoria, o conhecimento da natureza passa por um caminho e o da sociedade, por outro. Nós constituímos a sociedade mas não constituímos a natureza. Na vida da sociedade, o metabolismo com a natureza é obrigatório. Existe natureza sem sociedade mas não existe sociedade sem natureza, no sentido ontológico.

O homem é um ser natural, que construiu uma dimensão que não se verifica em nenhum outro tipo de ser natural (dimensão do ser social). O ser é unitário mas não único, idêntico. O ser social não se identifica com o ser natural. Ele só é pensável pela história do ser. Falar em sujeito é necessariamente falar em escolhas. É falar em liberdade. É trabalhar com a categoria de liberdade a qual não existe na natureza. Ela só existe na sociedade. É uma categoria estritamente social. A liberdade não está dada. Ela é produto dessa história social. É perfeitamente factível supor que a liberdade depende, ou é uma função, do controle da natureza. O desenvolvimento do ser social é simultaneamente o desenvolvimento do controle, da dominação, da manipulação da natureza. Logo, historicamente esses níveis variado; o desenvolvimento das forças produtivas é o que se pode chamar de substância dessa história, o que dá continuidade a essa história. Se isso é verdade, as possibilidades do sujeito se constituir são possibilidades variáveis na história. Elas não são as mesmas, hoje e ao final do século XVIII. Isto parece claro ao se pensar na Revolução Francesa, sobre a qual Marx refere-se a "ilusões heróicas". A ideia de uma sociedade racional, fraternal, era heróica, mas eram ilusões, porém necessárias. O ser social naquele momento não podia

projetar o futuro sem essas ilusões. A projeção do futuro passava necessariamente por essa marca utópica.

É evidente, ao se rastrear uma história, em termos de gênese, que se tem graus de possibilidades de liberdades diferentes (uma vez que a liberdade é sempre uma possibilidade). No momento em que começa a se constituir a sociedade, havia um sujeito? A história é a constituição desse sujeito em graus e em momentos, dada a liberdade possível diferenciada. É possível pensar um nível de sociabilidade onde as possibilidades da liberdade eram tão pouco ponderáveis, tão residuais que, na vida da sociedade, eles demoraram tanto tempo para se condensarem, cristalizarem, adensarem o que demandou lapsos históricos muito grandes. Exemplo: Como se pensa o amor individual? A constituição do indivíduo é muito tardia na história da sociedade. Esta é uma categoria muito recente. Pensar hoje a história é pensar o papel do sujeito (que é diferente de indivíduo e de individualidade), mas isto é um produto histórico.

Marilda Vitela Lamamoto — O que clareia é quando Marx discute a questão do método. Ele aborda que o homem não é um ser natural, embora anteriormente tenha estado muito vinculado à natureza; é exatamente na sociedade, a nível de concorrência, que o homem mais se socializa. E quanto mais os nexos sociais são mais profundos, mais o homem se individualiza. O homem é um ser social e político por excelência. Essa constituição do sujeito, essa relação de unidade e de luta com a natureza chega a um nível de maturidade, de maior expressão social do indivíduo, se afirma como sujeito e, ao mesmo tempo, aparece como um ser individual. Essa mesma sociedade em que ele se afirma, o trabalho que o torna social por excelência, é também um meio pelo qual ele se perde, se aliena. Esse movimento do raciocínio não se pode perder.

Vicente Faleiros — A frase de Marx "Os homens fazem a história em condições determinadas" contraria o que você coloca, ou seja, a história faz os homens e os homens fazem a história. O ponto de partida de que os homens fazem a história reside no postulado do sujeito. Sua afirmação nega isso. A relação do sujeito com a história é intrínseca. Não se pode pensar um sem o outro. Assim, não há história sem sujeito, contrariando a afirmação de Althusser de que há história sem sujeito.

José Paulo Netto — Trabalho com um exemplo que é genético. Pensar hoje a história é necessariamente pensar o sujeito. Mas isso é

um produto, senão não se pode fazer abstrações nem da história, nem do sujeito. Houve um momento em que esse sujeito foi se pondo, se constituindo. Não há história sem sujeito é uma afirmação verdadeira se se pensar a socialidade já desenvolvida. Em termos da gênese, a história precedeu isso. Pode-se pensar história sem teleologia, senão cair-se-á no mais absoluto idealismo, de imaginar que só existe história se eu a penso. É uma questão bastante complicada. É óbvio que os homens não sofrem passivamente a história. Agora, procura-se entender o processo genético. Senão, o que poderá acontecer nessa postulação é que sempre, e em todos os momentos, apenas com graus variados os homens construíram a sua história. O marxismo explica a sociedade burguesa. Querer colocar que as massas da baixa Idade Média estavam fazendo sua história é uma caricatura.

Aldalza Sposati — Essas questões passam historicamente no Serviço Social quando trabalha, em cada ser, a potência de tornar-se um sujeito, até pelo resgate da pessoa humana.

José Paulo Netto — Retomando a questão da não identificação de indivíduo com sujeito, a evolução do pensamento burguês, o racionalismo, quando surge, começa identificando indivíduo e razão (penso, logo existo). É importante tratar a questão da razão da seguinte maneira: só há teoria social, no sentido amarrado às teorias sociais, sob o capitalismo ou quando este começa a deslanchar. É porque o ser social aparece não conclusamente constituído mas com um grau de explicitação tal que permite à razão pensá-lo como ser específico. Isso ajuda a pensar a razão.

Revisão
FEV/2004

2. A questão da Metodologia em Serviço Social: re-produzir-se e re-presentar-se

Vicente de Paula Falcetos

"Venho através desta solicitar a V. Exa. uma vaga ao menor Paulo Collen em uma unidade da FEBEM, o qual encontra-se em situação irregular" (Collen, 1987: 13).

"Valeska (assistente social) foi muito gentil, escutou toda a história, mas não contei a ela que era da FEBEM de São Paulo, só disse que morava em São Paulo. Tive medo que ela me encaminhasse de volta. Fábio e outros foram levados para a FUNABEM e Valeska me arrumou um convento de freiras" (Collen, 1987: 68).

"Logo que vim do almoço meu nome foi chamado para conversar com o assistente social. Era um homem, o senhor Sérgio. Comecei a explicar a ele por que tinha sido pego em Santa Catarina e como tinha ido parar por lá, mas ele não estava muito a fim de me ouvir, parecia querer que eu acabasse logo com a história, talvez porque tinha outras crianças para atender. Ele não era igual a Valeska, que escutou toda a minha história. Começou a escrever num papel e me disse:

— Tudo bem, Paulo Collen — chamou a mulher que conduzia os meninos até a salinha. Aquele homem só disse tudo bem!" (Collen, 1987: 78).

"Não só o dinheiro que eu levei daqui como a orientação. Que a orientação foi ótima. Achei bom, porque geralmente ajuda a gente a viver, né?" Esse relato encerra contradições que são as que A. percebe nos serviços oferecidos pelas instituições: "o dinheiro ajuda

* Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

mas não resolve seu problema que decorre de sua posição na sociedade" (Lima, 1983: 125).

"Você só saberá o que significam esses atos depois que realizar todos, disse em silêncio a criança" (William Kennedy, *Vernonia*, p. 26).

Este texto visa subsidiar a discussão sobre metodologia do Serviço Social no Seminário promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) em março de 1988 em São Paulo. Não é dirigido à tribo dos filósofos que considera o núcleo metodológico como *hardware*, como equipamento disponível para processar qualquer realidade. Ao contrário, pretende ser uma reflexão do desdobramento das condições e da prática de trabalho dos assistentes sociais num contexto histórico determinado.

A metodologia é aqui pensada como *software*, programa e estratégia flexível de ação na articulação do específico da profissão num contexto determinado.

Não se pretende também encaixar o Serviço Social no molde *marxismo* e deduzir suas funções a partir do lugar que deveria ocupar no processo capitalista de produção, a partir das derivações gerais do papel que deve exercer o profissional no sistema, mas surpreender a realidade da atuação profissional no processo histórico de sua produção nas relações sociais. Não se trata tampouco de induzir o geral do particular, mas de compreender e explicar o processo de trabalho social nas relações complexas em que se dá a prática.

Pretende-se uma reflexão dialética que tem a crítica como instrumento de penetração nos meandros da produção de uma atividade profissionalizada, institucionalizada e organizada no contexto político das relações entre capital e trabalho. O específico da profissão só se torna específico na medida em que é visto nas relações mais globais da sociedade, onde adquire presença na dinâmica dos conflitos de manutenção e transformação da ordem social capitalista. Esta ordem não se mantém ou se transforma automaticamente, mas supõe a articulação de uma complexidade de movimentos, de trabalhos concretos, específicos, cuja generalidade está sempre presente (pressupostos) e é arrancada pelo pensamento através do movimento do abstrato ao concreto.

Essa generalidade não se apresenta como um conjunto de elementos permanentes, mas se constitui no modo de produzir o mundo e

de se produzir a si mesmo. A generalidade é construída como categoria histórica negada, e realizada no particular, superada nas mediações das relações, na maneira de ser singular. Assim, é preciso que a reflexão sobre a metodologia supere tanto o formalismo das etapas preconcebidas, dos elementos preestabelecidos numa estrutura rígida, como o empirismo do "vamos-ver o que é que dá".

Precisamos também rejeitar o ecletismo que busca compor um painel multicolorido de idéias para as situações diversificadas, introduzindo combinações de teorias e propostas para um arranjo que se assemelha mais a um buquê de flores de plástico que a uma planta viva. O formalismo se operacionaliza na prática, principalmente através do congelamento do método em sucessivas *démarches* de conhecimento/diagnóstico/planejamento/execução/avaliação. O empirismo tem consistido, numa experimentação inspirada nas situações pessoais, no basismo, na projeção de cada caso a cada hora. Já o ecletismo não tem direção definida, somando sem confrontar elementos de projetos diferentes, de forma acrítica. No relatório parcial da pesquisa sobre ensino da Metodologia da ABESS de dezembro/87 fica patente a dificuldade de se superar estas três tendências. O formalismo aparece, por exemplo, na formulação da metodologia como somatório de componentes teóricos, técnicos e aplicados. O empirismo se configura na preocupação pela aplicabilidade, mas é o ecletismo que posiciona lado a lado, sem crítica, funcionalismo, fenomenologia e dialética.

É verdade que esta tripartição correspondeu ao "Currículo Mínimo" da ABESS, mas foi aplicada de forma mecânica, sem uma análise da realidade e do objeto do Serviço Social.

Funcionalismo e dialética são manifestações do pensamento social que têm origem histórica diferenciada e propostas contraditórias na definição de encaminhamentos teóricos e práticos. Enquanto o funcionalismo se atém à compreensão do dado, a dialética busca o recôndito presente no todo e que não se esconde, mas que é escondido pelas relações dadas. Não que o todo esteja fora do dado, mas não é dado percebê-lo imediatamente, já que as relações de conhecimento são também construções sociais complexas. Contrapor funcionalismo e dialética é um avanço na elaboração do saber profissional, mas insuficiente para desenvolver a prática e a teoria.

Esta contraposição no entanto tem se tornado apenas uma manifestação de um formalismo elementar. É preciso a crítica dos fundamentos de ambos na relação profissional, não para uma aplicação

mecânica da teoria, mas para romper com as possibilidades pré-definidas e propor estratégias e táticas processuais permanentes, autocríticas e teoricamente criativas. Bater uma proposta contra a outra não desenvolve a iniciativa e conduz ao livresco. A análise da conjuntura, das forças, do objeto do Serviço Social, da instituição, teórica e praticamente, é que viabilizará o confronto estratégico de propostas no cotidiano. Uma metodologia que não faça isto está fadada ao fracasso ou ao discurso.

Como desenvolver então esta reflexão do objeto, da conjuntura, das forças sociais no capitalismo? Nas relações capitalistas de exploração e de dominação existem inúmeras mediações para a produção articulada da estrutura e dos sujeitos, da totalidade, das condições gerais e dos cenários específicos. Não cabe aqui discursar, ainda mais, sobre a relação de exploração, mas sobre a mediação exercida pelo Serviço Social neste contexto.

Como produto da sociedade o Serviço Social consiste na mediação entre a produção material e a re-produção do sujeito para esta produção, e na mediação da re-presentação do sujeito nesta relação.

A mediação da re-produção implica o trabalho e o processo de se manter a sobrevivência da força de trabalho no cotidiano. Esta manutenção, no entanto, se apresenta de forma separada entre as condições da produção e a sobrevivência, pela disjunção realizada entre trabalho e condições de vida (Grevet, 1976). Esta disjunção decorre da forma capitalista de apropriação dos meios de produção que transforma o trabalhador em vendedor da força de trabalho e comprador de bens de consumo. Embora não consuma sem trabalhar nem trabalhe sem consumir, a esfera da produção lhe aparece separada da re-produção, no espaço, nas suas organizações, no dia-a-dia. Além disso, esta disjunção se manifesta na atribuição de recursos para a sobrevivência fora do processo de pagamento do trabalho, aparecendo este como manutenção do não trabalho, ou seja, do excluído da produção. Tanto pode ser pelo desemprego, como pela doença, pelo acidente, pela velhice, pela separação conjugal, pela migração, pela "memoridade".

O não trabalho, no capitalismo, entretanto, não dá "direito" à sobrevivência, apesar de o sistema não absorver a todos que queiram trabalhar e estigmatiza-os como vagabundos. A sobrevivência do "não trabalhador"* no capitalismo deve ficar às custas da família ou sob

* Deve-se entender a expressão "não trabalhador" como o excluído da produção, pelas condições impostas pelo capital em cada conjuntura.

a forma de ajuda temporária inferior ao salário (Faleiros, 1987). Sua transformação em direito é um processo econômico e político de mudanças no capitalismo e nas relações de força. As crises de produção/consumo e as lutas sociais dos trabalhadores forçaram a garantia de uma prestação mínima através de formas variadas como seguro, subvenções, prestações de emergência, transferências a fundo perdido (Faleiros, 1987). Se a sobrevivência do trabalhador pelo salário é dura e difícil, a do "não trabalhador" não se mediatiza no mercado de trabalho e de consumo, mas num "mercado político", que o coage a trabalhar, sem podê-lo fazer, ou a submeter-se à obtenção de recursos fora das relações de trabalho, através de instituições. A mediação da sobrevivência se constrói num processo político complexo, combinando benefícios e coerção, que avançam e recuam conforme conjunturas, lutas e crises. O benefício aparece como separado da produção, como ato apenas de re-produção.

Esta mediação do benefício é um processo de relações de força, pois pode assumir a forma autoritária da outorga (quem dá, ostenta e define o que dá) ou a forma da conquistista. Outorga e conquistista, no entanto, não são categorias cíclicas simplificadoras das relações de força, mas formas de relações que atravessam a mediação da re-produção.

Nesta mediação a dinâmica da re-produção não se reduz ao gesto de doação, que é uma estratégia do dominante que doa diante da fraqueza do dominado. Este, então, pede, implora, demanda, se submete à espera e ao resultado. A estratégia do dominado é resultante de sua força ou de sua fraqueza. A sobrevivência no cotidiano implica assim relações complexas tanto com o Estado, como com diversos organismos privados de assistência. O intelectual que organiza, que conecta o "não trabalhador ou o temporariamente excluído da produção" com o Estado e os organismos de assistência é o assistente social. Ele ou ela recebe ou informa, seleciona, encaminha, aceita, rejeita, administra um lugar, um dinheiro, uma informação, um procedimento, um prontuário. Ela, por sua vez, se encontra submetida a normas de políticas, e não controla as principais decisões sobre recursos, em geral reduzidos. A re-produção é desvalorizada frente à produção. Re-produzir-se é meio para produzir na lógica do capital; já na lógica do sujeito o produzir é meio para re-produzir-se.

A mediação da sobrevivência nas condições dadas pelo capital varia de acordo com a conjuntura política e as relações de força

condicionadas tanto pela formação do bloco dominante como do bloco dominado e pelas crises do sistema e subsistemas capitalistas. Em época de crise também se agudiza a questão da sobrevivência. A organização do bloco dominante também vai definir o direito e o dever do não trabalhador, ou do excluído do trabalho no confronto com a organização do bloco dominado. Este confronto é mediado pela formação de associações, grupos, elaboração de estratégias de pressão e contra-pressão, alianças e mobilizações mais ou menos fundadas em estudos e teorias que orientam estratégias e táticas.

A *re-produção* está articulada à *re-presentation*. Esta se traduz tanto pela consciência de si frente ao outro, como pela mobilização das energias postas em movimento nas lutas e demandas individuais e coletivas. As condições de reprodução se transformam tanto pelas mediações das lutas onde os coletivos e indivíduos se transformam em sujeitos-atores, como pelas exigências da acumulação se reproduzirem como objeto.

O bloco dominante se representa como detentor do poder e do saber enquanto proprietário dos meios de produção, comandante do processo de produção, gestor da sociedade na dinâmica de dominação dos subalternos. O bloco dominado representa-se através de processos contraditórios de identificação, de resistência, de rebelião contra os dominantes, no enfrentamento cotidiano e nas lutas de médio e longo prazo.

A *re-presentation* envolve manifestação da cultura, da ideologia, do eu, da vida diária e das relações de classes de maneira heterogênea e confusa. A identidade de classe não é mecânica. O sujeito não se descobre no imediato, já que condicionado a ver-se como objeto. Ser sujeito implica a mediação do político, isto é, do poder. Este poder significa expressar-se, aliar-se, refletir, recusar, dispor de si, estabelecer estratégias, definir demandas, chamar o adversário à luta, construir o cenário do confronto.

O resgate da identidade se produz através de um processo sócio-afetivo de relações complexas envolvendo mitos, valores, sentimentos, poderes, discriminações. Estas relações não se esgotam nas relações de classe e de exploração, mas constituem reforços a elas ou forças de superação das mesmas. Existe uma superposição intrincada de dominações que faz com que, por exemplo, se torne muito mais difícil encontrar emprego para um negro do que para um branco, para um

nordestino do que para um gaúcho, para um homossexual do que para um heterossexual.

Os mitos da sociedade capitalista são formas de se despolitizar (Barthes, 1982: 163) a fala, purificando, innocentando as relações sociais e dando-lhes um caráter natural e eterno.

No cotidiano as relações entre ricos e pobres, brancos e negros, mãe e filho, religioso e ateu são transformadas em mito quando naturalizadas, simplificadas, sem mediações políticas, culturais, econômicas, ideológicas. O mito do conquistador, do sábio, do "representante de Deus" influi e perpassa o mundo cotidiano servindo à estagnação, ao congelamento da ordem vigente.

Desmitificar é um processo de politização: desordenar o naturalizado pelo socializado e pelo histórico e o congelado pelo pôr-se em ação e pelo ver-se na ação histórica, na transformação das relações sociais.

O processo de formação da sensibilidade social, da aceitação/rejeição do outro e do eu, da capacidade de sentir ou, como diria Gramsci, a relação entre o sentir e o compreender uma determinada situação histórica (Gramsci, 1981: 159) é um processo de conexão/separação entre o intelectual e o povo e do povo entre si. As brigas, disputas e percepções entre vizinhos, entre casados/divorciados, negros/mulatos, limpos/sujos, safados/honestos, preguiçosos/trabalhadores são formas de reconhecimento/conhecimento cotidiano impregnadas de religião, valência e relevâncias grupais, que configuram as visões de mundo presentes na prática social. Trabalhar esse senso comum, reconstruir as hierarquias e classificações desse terreno onde "os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição, lutam" (*idem*: 63) é um desafio da assistente social, ela mesma envolvida nessa superestrutura. Trabalhar as classificações é ainda insuficiente (isto o funcionalismo faz muito bem) para construir um projeto de mobilização, aglutinação social, de um bloco histórico disposto a atuar estrategicamente, isto é, vinculando estrutura e superestrutura. É preciso a construção das mediações teóricas e críticas dessas classificações imediatas através da *contextualização* e *historicização* do processo de formação da sensibilidade social e de sua relação com o vivido pelas pessoas e grupos. As revoltas e as raivas são parcializações de uma relação e expressões de um movimento de luta num terreno fértil para articular os interesses e visões imediatas com as forças maiores de transformação.

Esta articulação do pragmático e do político, do vivido e do pensado, do imediato e do mediato é um processo teórico de *compreensão/explicação** de compartilhamento de sentimentos, atitudes, habilidades pessoais e técnicas que precisam ser metodicamente construídas, isto é, pensadas no confronto de sua própria sensibilidade, enquanto profissional, com a sensibilidade popular predominante para que se possa refletir sobre o pernosticismo, o pedantismo, o egoísmo e a solidariedade que são categorias da prática social.

A vivência das relações cotidianas implica saberes e poderes. Os poderes se constituem e se institucionalizam de forma diferenciada, tanto de cima para baixo como periféricamente (cf. Foucault, 1979). Uma vez vi um cartaz na porta de uma oficina: "Não entre sem permissão, evite decepção" (sic). A permissão era, ali, um poder definido pelo dono, que também ameaçava. Em inúmeras instituições o acesso a dados, às tramitações de prontuários e informações ficam a critério de chefes, profissionais, burocratas que detêm um poder pessoal e nem sempre normatizado, que controla a circulação de pessoas e documentos. Nos bairros constituem-se poderes de grupos que agem pela coação ou pela legitimação das relações de poder decorrentes da autoridade, das classes, da posição familiar, dos preconceitos, da submissão. Estas relações precisam ser trabalhadas a nível da consciência coletiva como mediação de processo de autoconhecimento e autodesenvolvimento enquanto dominado no contexto da exploração capitalista.

As discriminações são formas de exercício de poderes para excluir pessoas do acesso a certos benefícios ou vantagens ou do próprio convívio social da maioria através da rotulação ou etiquetagem de estereótipos socialmente fabricados. Esses rótulos perpassam as relações cotidianas de dominação produzindo a identificação social das pessoas.

O processo de identificação é, para Maffesoli (1987) diferente da identidade que se lhe afigura estática. Quando falamos aqui de identidade referimo-nos a um processo dinâmico, político, complexo. A construção da identidade social, da identificação social do dominado pressupõe o enfrentamento do dominante que se constitui na articulação de sua hegemonia através da manifestação de si mesmo como

* É preciso combinar, na análise e na prática, o ângulo do sujeito com o ângulo de visão dos grandes processos da acumulação capitalista.

superior, pelo convencimento, pela coerção, pelo *marketing*, pelo uso do simbólico.

O intelectual que trabalha a mediação da *re-presentação* articulada à reprodução, é o assistente social. É uma de suas tarefas desafiar e retraduzir a representação do dominado na visibilidade do dominante.

A *re-presentação* da situação vivida pelo dominado na ótica do dominante implica a *contextualização* da situação nos prontuários isolados, na entrevista episódica, na padronização dos formulários. Ao invés de dominado, aí ele é visto como um infeliz, um azarado, um marginal, uma vítima, um culpado, um deviante. Nessa relação mediadora é preciso ver tanto o funcionalismo como a dialética. A metodologia da ação e do conhecimento desdobra a *re-produção* e a *re-presentação* em processos complexos que envolvem as concepções e táticas de relações entre os grupos e forças em confronto.

Na ótica funcionalista o conhecimento do dominado e sua representação se processa no reforço da dominação. Na ótica dialética a *re-presentação* e a *re-produção* se processam em estratégias e táticas de ruptura, crítica, alteração das relações existentes.

O desenvolvimento dessa ação não é separado do conhecimento. Ao contrário, sem o conhecimento só resta o ativismo que significa prática mimética e inconseqüente. Só a construção da análise pode superar o mimetismo e o ativismo e refletir sobre as conseqüências das práticas. O conhecimento é a condição do fundamento da ação. No entanto, conhecer a estrutura não significa dominá-la (Habermas, 1987). A sociologia da miséria não muda a miséria. A estrutura não se revela automaticamente, embora seja o fundamento das condições da ação. Para penetrá-la é preciso uma teoria capaz de dar conta das relações fundamentais do modo de produção capitalista e de sua história. Estas categorias compõem um quadro global, mas só adquire força explicativa no processo de mediação da análise concreta que supõe a história.

A história, por sua vez, é contada e vivida por sujeitos concretos inseridos na estrutura. Daí a importância de se trabalhar a relação sujeito-estrutura, o que nos coloca na conjuntura. O pensamento e a realidade se criam e recriam mutuamente (Lanni, 1987).

A conjuntura política e econômica se refere a um processo de enfrentamentos das forças fundamentais num momento determinado.

Essas forças constituem blocos de interesses frente a uma grande diversidade de questões que vão desde a propriedade à vida familiar. A formação de blocos, alianças, redes, tem base no lugar ocupado na estrutura pelos sujeitos históricos, mas se articula superestruturalmente, isto é, no nível das organizações, dos projetos, das estratégias e táticas em jogo.

O campo de atuação do assistente social é a conjuntura das políticas sociais onde se separam e se formam grandes blocos de interesses diante de cada questão concreta como, por exemplo, a habitação, a assistência, o menor. Nessas questões, é preciso ir à profundidade e às diferenças. No que tange à habitação o interesse de inquilinos se diferencia do interesse de favelados. No Distrito Federal houve dificuldades em se congregarem em um só movimento ou bloco, favelados e inquilinos. Além disso, os interesses dos mutuários das classes médias diante do BNH se articularam num outro bloco, em que houve aliança com segmentos das classes populares.

A relação desses movimentos com o Estado está mediada por inúmeras outras relações como a que se faz com os agentes financeiros, as construtoras, as imobiliárias, a política salarial. Desta forma a dinâmica de trabalho na conjuntura varia diante dos confrontos em presença. Construir as categorias de análise para cada conjuntura de trabalho visualizando as relações de forças e os blocos em presença e pressuposto metodológico fundamental da construção de uma racionalidade ao mesmo tempo emancipatória e instrumental que permita unir o macro com a micro política. A razão instrumental, na ótica da Escola de Frankfurt, é uma forma de dominação em oposição à razão emancipatória (Freitag, 1986). Em trabalho anterior já salientamos a distinção entre a lógica da dominação e a lógica da libertação (Faleiros, 1972). Do ponto de vista instrumental busca-se incrementar o existente, tecnicizar a ação, torná-la eficaz, fazê-la fluir (azeitar) e aceitar a produção capitalista. Libertação ou emancipação significa articular a resistência, o afrontamento de forças, a inflexão e mudança das organizações e políticas, o tornar-se sujeito individual e coletivo, portanto, autônomo, capaz de fazer as próprias leis (autônomas).

É no campo da política do cotidiano que se processa a relação entre assistente social e população, na mediação já analisada de *reprodução e re-presentação*. Política do cotidiano não significa uma "micropolítica" do tipo oásis e microclima de poder no contexto capitalista e sim o trabalho na relação de efeito e de mudança em que

se move a vida cotidiana. Considerar o dia-a-dia como efeito do sistema é reduzir a política a uma visão positivista. Por outro lado, apostar na mudança geral a partir das micromudanças é reduzir a política a uma visão reformista. A articulação entre a mudança no cotidiano e a mudança global se faz na relação entre poder e saber na modificação da condição geral e superação de um problema. A relação de poder e saber é uma luta por posições, recursos, direitos, organização, que interterem nas posições, recursos, direitos e organização existentes.

A mudança de relações num campo conjuntural supõe o trabalho da elaboração de estratégias e táticas. A mudança de situações se processa pela articulação de novas relações dos sujeitos entre si e na da estrutura.

As relações implicam, como vimos, poder e saber de sujeitos em conflito. O conhecimento da sua situação e da situação do adversário por parte do dominado é arma estratégica na luta por seus interesses. Este conhecimento levará à análise da *possibilidade, da oportunidade e da previsibilidade da ação*, isto é, permitirá saber o que fazer, quando fazer, como fazer e por que fazer.

Nas instituições o possível é regulado, burocratizado, tecnicizado, enfim, o cumprimento do determinado que parece determinante. As determinações, no entanto, são históricas e na formação de mediações elas se enriquecem, desde que apropriadas pelo pensamento e desdobradas em estratégias e táticas complexas. A consideração do menor infrator apenas como determinado pela miséria ou pelo desvio deixa de lado as determinações psicológicas, familiares, da história do grupo a que se vincula, e principalmente a articulação das diferentes determinações em vários ângulos possíveis.

As questões que levam a uma relação de trabalho social encontram-se, assim, articuladas estrutural, conjuntural e situacionalmente. Nas diferentes situações os sujeitos que se colocam em relação com o Serviço Social buscam alguma forma de organizar seu interesse, mais ou menos conscientemente.

A conscientização e a organização desse interesse passa por um processo que pode ser facilitado e coadjuvado pelo Serviço Social. Esta colaboração supõe uma *techné*, ou seja, uma construção teórico-instrumental concreta e criticamente elaborada. Isto significa o desenvolvimento simultâneo do autoconhecimento, da auto-expressão, da

fundamentação de seus interesses, e o conhecimento dos interesses opostos e regras dominantes para se planejar as ações nas condições históricas existentes.

A organização do interesse supõe a mediação de vários sujeitos, mesmo que predomine uma abordagem mais individualizada, já que os interesses de classes e grupos dominados são comuns a um determinado bloco histórico, mas também diferenciados nos grupos.

As formas mais específicas de elaboração desse autoconhecimento, auto-expressão/manifestação-contra, constitui o desafio e a chave de uma dinâmica ilimitada de aplicações e criatividade.

Vejamos um exemplo citado no *Caderno CELATS* n.º 11 a respeito do trabalho com um grupo de mulheres num bairro popular. Combinaram-se o processo organizativo e o de solução de problemas (melhora das condições de vida e serviços) com o de capacitação, o de autoconhecimento e crescimento pessoal com o grupal. A elaboração de projetos de lavanderia, agasalho, acampamento foi articulada com cursos, organização e formação. A organização implicou a constituição de associação e enfrentamento do bloco adversário, e os cursos propiciaram a habilitação em técnicas, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a auto-expressão e a manifestação contra o adversário.

A transformação da ênfase dada na ajuda e no comportamento pelo Serviço Social na ênfase dada nas relações políticas implica uma guinada teórica e prática, mas que leva em conta as condições históricas de relações entre as forças sociais. Nessas relações é que será possível construir estratégias e táticas de defesa e desenvolvimento dos interesses dos dominados com o uso de mecanismos como pressão, legitimação e competência. ¹Pela pressão se força a concessão, se mobiliza o grupo e se constróem aliados, se aguçá a luta, se dobra o adversário, se produz denúncia. Pela legitimação usa-se o reconhecimento legal, o discurso oficial, as normas vigentes, as lideranças. Pela competência usa-se o saber, as informações, as técnicas. Não se trata de mecanismos opostos, mas de leque de combinações a serem acionadas.

O processo de *re-produção* e de *re-presentação* se desdobra não numa seqüência linear entre *input* e *output*, ou seja, entre demanda e resultado, mas na construção da gestão desse processo e da dinâmica de sua *démarche* e *contra-démarche* pelos dominados.

Na *démarche* tática é necessário, evidentemente, referir-se a problemas concretos, pesquisar, informar-se, planejar, mobilizar, reunir, divulgar, comunicar-se. Tudo isto necessita de uma referência estratégica para saber a oportunidade, a possibilidade e a previsibilidade de se obter um resultado, a satisfação dos participantes e a organização dos interesses dos dominados.

O assistente social precisa, assim, coadjuvar a ação dos dominados, fornecendo alternativas concretas, específicas e eficazes para que a dinâmica do conflito e o encaminhamento de soluções sejam favoráveis aos interesses dos dominados. Sem teoria não há alternativa, não há construção do específico, da eficácia e do conflito.

Essa dinâmica supõe, portanto, análise dos avanços e recuos previsíveis, ou seja, uma atenção permanente para a oportunidade do desdobramento de determinado interesse e dos riscos (previsibilidade) de se obter vantagem ou de se perder a causa.

A medida que os interesses se clarificam, a auto-expressão se desenvolve, o controle do processo pelo dominado se viabiliza, seu poder se amplia e seu direito se consolida. O direito é a manifestação do poder. Tornar-se cidadão é ser capaz de impor as regras de seu destino.

A formulação dessas regras depende da força disponível. Ao nível da política do cotidiano pode-se constituir uma *dinâmica* de auto-gestão das regras frente a várias questões, onde se diminui ou aumenta o poder do adversário, como se tem feito com alojamentos, creches, escolas, distribuição de alimentos, lavanderias. Veja-se a experiência de Calabar em Salvador, contada no livro de Fernando Conceição, *Calá boca Calabar*.

A autogestão é uma ruptura, não há dúvida, mas limitada e não raro isolada. Constitui, entretanto, uma forma de trabalho ideológica, que fermenta a elaboração de uma outra concepção do mundo, que legitima a possibilidade do próprio dominado autodirigir-se. Ao mesmo tempo, a construção da autonomia leva à quebra de lealdades à ordem dominante e ao controle das políticas em curso, através da cobrança coletiva do acompanhamento, da exigência do seu direito, o que contribui à formação de um projeto de sociedade diferente, de uma nova hegemonia. A autonomia não é uma teleologia, mas um processo de luta, de articulação de poderes através da organização,

da teorização, da mobilização de energia, recursos e estratégias que se traduzem em força, em contra-hegemonia.

A formação desse projeto histórico supõe a articulação de projetos históricos no cotidiano, no vivido, para que, como assinala Sartre, "o puro vivido de uma experiência trágica, de um sofrimento que conduz à morte não seja absorvido como uma determinação meramente abstrata" (1979: 13)*.

Ultrapassar a alienação, isto é, a disjunção do vivido com o objetivado, implica uma mediação que não só retome a história viva do sujeito, sua gênese e suas determinações, mas seu projeto coletivo no bloco dominado, para produzir ao mesmo tempo seu processo identificatório na oposição e na diferença de sociedades.

Trabalhar a *re-representação* e a *re-produção* é o desafio metodológico do Serviço Social. Para articular estas questões do ponto de vista do ensino é preciso ter claro o objeto teórico das formas de *re-produção* e *re-presentação*, a fim de trabalhar suas mediações complexas.

Isto se traduz numa nova organização curricular que traga para o universo acadêmico o confronto rico e dinâmico das estratégias na organização de interesses na *re-produção* e *re-presentação* dos dominados. Isto significa mais especificamente a apreensão da metodologia como desdobramento do objeto na conjuntura, de forma crítica, no contexto, dando visibilidade às perspectivas dos sujeitos em confronto, para desenvolver as lutas no processo de auto-expressão/manifestação contra, reprodução/autogestão-controle, alienação/conscientização, isolamento/contextualização, explicação/compreensão, regulação/negação.

Assim, creio, poderemos superar o formalismo etapista, o empirismo do ensaio e erro, e o eclétismo das somas heterogêneas.

Bibliografia

ARGUEDO, M. A. Em busca de uma metodologia de ação institucional. In: BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasília, 1984, pp. 189-223.

* Sartre fala afirmativamente, criticando a absorção do sistema; nós introduzimos a negação.

BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 1982.

BASAGLIA, F. *A psiquiatria alternativa*. São Paulo, Brasil Debates, 1979.

_____. *A instituição negada*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

BEZERRA, A. & GARCIA, P. B. *Conversando com os agentes/Saber Popular/Educação Popular*. Petrópolis, Vozes, 1982. Cad. de Educação Popular, n.º 3.

BILODEAU, G. Por uma relação de aliança entre trabalhador social e cliente. *Serviço Social & Sociedade* (VII):21, pp. 115-135, São Paulo, Cortez, 1986.

BRAGER, G. *Helping IS influencing some political elements for organizational change*. New York, Columbia University, Texto mimeografado, 1972. Traduzido para o francês por Justín Levesque, Escola de Serviço Social, Universidade de Montreal, 1982.

BRAKE, M. & BAILEY, R. (org.) *Radical social work and practice*. Londres, Edward Arnold, 1980.

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 223-252.

BRAVO GARCIA, C. *et alii*. *Capacitación grupal*. Buenos Aires, Humanitas, 1987.

CELATS. *Serviço social crítico: problemas e perspectivas*. São Paulo, Cortez, 1985.

COLLEN, P. *Mais que a realidade*. São Paulo, Cortez, 1987.

CONCEIÇÃO, F. *Calá a boca Calabar*. Petrópolis, Vozes, 1986.

COSTA, & WEID, B. von der. *Para analisar uma prática de educação popular*. Petrópolis, Vozes, 1982, Cad. de Educação Popular, n.º 1.

CORRIGAN, P. *et alii*. *Serviço de bem-estar socialista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

DEMO, P. Participação é conquista. In: BROMLEY, R. & BUTELO, E. *Política x Técnica no Planejamento*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 153-163.

DURHAM, E. R. *et alii*. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

FALCAO, M. C. Um movimento popular. *Cadernos Práxis* n.º 1, São Paulo, Cortez, 1985.

FALEIROS, V. P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1985.

_____. *Pobreza e assistência: a mediação do imediato*. Relatório de pesquisa apresentado ao MPAS, Brasília, 1987.

_____. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo, Cortez, 1986.

FAUSTO, R. *Marx lógica e política*. São Paulo, Brasiliense, I Tomo, 1987.

FOULCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREITAG, B. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, J. *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre, L&PM, 1987.

IANNI, O. *Construção de categorias*. São Paulo, PUCSP, transcrição de aula dada na Pós-graduação em Ciências Sociais, 1986.

LEFORT, C. *Les formes de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1978.

LIMA, S. A. B. *A participação social no cotidiano*. São Paulo, Cortez, 1980.

Debate sobre a Intervenção de Vicente Faleiros

- LÓWY, M. *Ideologias e ciência social*. São Paulo, Cortez, 1985.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Escritos Políticos. São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os pensadores", 1979.
- MEDINA, C. A. *Participação e trabalho social*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- MOFFATT, A. Loucura x comunidades alternativas. In: BARBERIS, D. et alii. *Los derechos humanos en el "otro país"*, Buenos Aires, SASID/Puntosur, 1987, pp. 83-132.
- MOREAU, M. O enfoque estrutural em Serviço Social: o resultado de um itinerário crítico. *Serviço Social & Sociedade* (VIII):23, São Paulo, Cortez, 1987, pp. 45-67.
- OLIVEIRA, F. O *elo perdido*: classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PATTI, R. & RESNICK, H. Changing the agency from within. *Social Work* (17):4, pp. 48-57.
- PRIETO, M. et alii. Organización y promoción de la mujer en barrios populares de Quito: la experiencia ou la primavera in QUIROZ, T. et alii. La sistematización y el trabajo social. *Nuevos Cuadernos CELATS* n.º 11, Lima, CELATS, 1987.
- QUIROZ, T. et alii. La sistematización y el trabajo social. *Nuevos Cuadernos CELATS* n.º 11, Lima, CELATS, 1987.
- SARTRE, J. P. *Questão de método*. São Paulo, Difel, 1979.
- SCANDIAN, M. N. O conceito de participação social na perspectiva de integração e de transformação social. *Serviço Social & Sociedade*, ano III, n.º 9, São Paulo, Cortez, ago. 1982.
- SILVA, M. O. S. & SOUZA, S. S. Prática de investigação. *Caderno Práxis* n.º 2, São Paulo, Cortez, 1984.
- SIPE, R. B. *Thérapie radicale et psycho-politique*. *Bulletin du Collectif d'Intervenantes Féministes pour la Santé Mentale*. Montréal, fev. 1983.
- SPOSATI, A. O. Participação e o pós-se em movimento. *Serviço Social & Sociedade*, ano III, n.º 3, São Paulo, Cortez, ago. 1982.
- STARLING, H. M. M. *O problema de Alive*. (As noções de virtude e fortuna e seus desdobramentos na teoria política). Rio de Janeiro, IUPERJ, Séries Estudos n.º 88, ago. 1987.
- STEIN, E. Dialética e hermenêutica: Uma controvérsia sobre método em filosofia. In: HABERMAS, J. *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre, L&PM, 1987.

Marilda Viela Iamamoto — Faleiros parte da preocupação em aprender o específico da profissão, da prática profissional, da metodologia, articulado à generalidade. Ao definir o específico da profissão, o define na medida em que é visto pelas relações mais globais da sociedade, onde adquire presença na dinâmica dos conflitos de manutenção e transformação da ordem social capitalista. Parece haver uma preocupação em não isolar o específico da profissão dentro do próprio Serviço Social. No entanto, há outra afirmação que coloca que só se torna específico quando é visto nas relações mais globais da sociedade. O específico é dado pela ótica do sujeito? Há algumas questões de fundo que remetem à tese de que a profissão, como produto da sociedade, consiste na mediação entre a produção material e a reprodução do sujeito para esta reprodução. Na representação do sujeito nesta relação, ao fazer essa distinção, Faleiros busca rever a que ele faz, uma crítica da separação da produção material e a reprodução. Supõe uma separação entre produção e vida, a distinção entre trabalho e vida. A esfera da produção parece separada da reprodução. Ao separar a reprodução e a representação e ao desenvolver a argumentação dessa questão parece haver a confirmação da separação entre a produção material e a reprodução.

José Paulo Netto — Faleiros afirma no seu texto que "a reprodução está articulada à representação". De certa maneira, é sua resposta.

Adalza Sposati — Esta questão é um nó para o Serviço Social. A reprodução e a representação é um ponto chave para ele. Quando Faleiros intensifica o trabalho do ponto de vista da reprodução e coloca que o nosso processo fundamental é a desmistificação, parece haver uma hierarquia. Essa questão coloca o Serviço Social trabalhando a questão da ideologia. Do ponto de vista do Serviço Social, Faleiros aponta claramente a precedência do trabalho do Serviço Social a nível da representação.

Martida Vilela Iannamoto — Coloca-se a idéia-chave do Serviço Social como mediação entre reprodução do sujeito e a representação. Essa mediação entre produção material, reprodução do sujeito e representação, passa por várias instâncias. Não é só o sujeito profissional que intervem nesse processo. Assim, mediação é conexão? Qual a particularidade do Serviço Social nesta conexão, uma vez que ela está dada socialmente?

José Paulo Netto — Como esse representar-se pode escapar à lógica do reproduzir-se? Objetivamente, como a intervenção institucional do assistente social pode se distinguir da própria lógica de reprodução, ou seja, esse representar-se não traz já como núcleo o representar-se a reproduções? Como isso se resolve? Faleiros aponta explicitamente que elas não estão "descoladas". Mas, como ocorre essa unidade? É uma questão central no Serviço Social.

Vicente Faleiros — Refiro-me à reprodução não na ótica do sujeito, mas no sentido objetivo. A relação entre reprodução e representação é ao mesmo tempo política; tem um caráter de estratégia, de formação da ação na totalidade social. O processo de desenvolvimento da sociedade como um todo passa necessariamente pelas relações do homem com a natureza, com os outros homens, e pelas formas de pensar essa vida material. É impossível separar, ontologicamente, as duas coisas. No processo de constituição da sociedade está a vida material e a representação dessa vida material. Politicamente (e aí enfatizo), como estratégia da intervenção, é que se constitui a possibilidade de relacionar uma com a outra, no sentido de que a articulação do pensamento, a formação do conhecimento sobre a sua vida material, ultrapassa os limites dessa própria forma de reprodução. Não se pode afirmar que o miserável pensa como tal, o burguês pensa como tal, mas pode ultrapassar esses limites dados.

Aí está o "furo da bola" da teoria. A teoria é uma ruptura com os limites do dado na vida cotidiana. Há exemplos na história de muitos traidores de classe: trabalhadores que pensam como burgueses e burgueses que repensam a vida. A reflexão da inserção da vida material como pensamento não é automática. É um processo que se constrói, e justamente aí é que está a possibilidade da formação do partido, da organização, da ruptura, da estratégia, da agitação, da propaganda. A relação entre agitações e propaganda (muito trabalhada na escola do Serviço Social de Valparaíso (Chile) e a formação da contra-ideologia, da contra-hegemonia é um processo que passa por

inúmeras mediações e coloca um problema político de divergências muito grandes: se as mudanças sociais são frutos das mudanças das relações de produção ou são processos mediados, também o são por uma representação, exigindo como pressuposto nova representação da sociedade. Descobriu-se (no Chile) na prática com os trabalhadores que o trabalho de representação era fundamental, inclusive para repensar as condições da produção e da reprodução. Inclusive pensar a autogestão nas empresas, que era uma das propostas da Unidade Popular.

Com relação à questão de mediações, é a sociedade que articula todas essas relações para apreender as suas especificidades. Na prática de um arquiteto, a sociedade articula a construção de uma casa, através de inúmeras mediações que não exigem a presença do arquiteto, nem do engenheiro, a saúde não precisa do médico. Ao pensar em estruturar a mediação, há uma formulação consistente de alternativas que o profissional pensa. O assistente social não vai constituir essa mediação mas vai intervir nela, pensando-a e fundamentando alternativas. O assistente social não vai sozinho mudar a política, assim como o arquiteto não muda a pedra, mas vai trabalhar as mediações de tal forma que traga ao interesse do usuário as alternativas não só eficazes, mas autogestionárias, mais articuladas com a vida social e mais vantajosas em termos de reprodução.

Adalza Sposati — Parece que a mediação aparece, assim, com intermediação. Ela é, na verdade, instância da passagem. Ao mesmo tempo que o assistente social pensa essa instância, ele concretiza serviços para a população. Há um concreto, não só a passagem. Existe uma materialidade nessa relação na qual se colocam essa passagem e as mediações, que são redimensionadas, a nível da representação.

Vicente Faleiros — Mediação é complexidade. Não se pode pensar na simplicidade, por que o todo social é complexo. As relações mais profundas não são diretas e imediatas. A complexidade se dá nas interconexões que se estabelecem não só porque a razão as vislumbra, mas porque o próprio processo de produção do real é complexo. Exemplo: ao acender-se a luz, via interruptor, esse ato é extremamente complexo. Passa por inúmeras implicações — exploração do trabalhador, trabalho, política energética, contrato capitalista. É a destruição da imediação.

José Paulo Netto — A questão de o assistente social operar ao nível da representação, com as tarefas a ele atribuídas, ou pelas

possibilidades que ele tem, não resgata a idéia de que o assistente social é um vetor que introduz a consciência verdadeira? Isso vincula-se muito à idéia de emancipação, posta por Faleiros. Passa-se a atribuir ao assistente social uma função política que é difícil descolar da ação partidária.

Maria Rosângela Batistoni — A ênfase na questão da autonomia, da emancipação, da autogestão está colocada no texto como uma tarefa posta para o Serviço Social. Parece que a função político-partidária é papel do assistente social. Identifica-se ênfase nessa dimensão. O desvendar da realidade se coloca apenas nessa dimensão. Há o papel que o assistente social tem, que revela o contrário da afirmação. A demanda institucional histórica que está posta para o Serviço Social é contrária. A ênfase política na emancipação parece resgatar, no texto, a mesma ótica de reconceitualização, a questão da transformação como uma essencialidade do papel do Serviço Social, com peso maior na questão da emancipação.

Vicente Faleiros — Esse é um problema do qual os assistentes sociais não podem fugir. Se socialmente é dado ao Serviço Social controlar a população, manipulá-la, não podemos negar que essa é uma função política que o bloco dominante atribuiu ao Serviço Social. Ele se insere no político contra a sua vontade. Esse trabalho político é dado pela relação social. Numa perspectiva de luta de classes, o assistente social se inscreve na perspectiva do dominado, em que repensa sua própria ação. Não se pode afirmar que tudo o que é determinado pelo capital é sem contradição. A própria inserção do Serviço Social nessa relação política é contraditória. Evidentemente, nessa relação há organizações que possibilitam um outro tipo de ação.

Quando se questiona a possibilidade de o assistente social desenvolver uma ação transformando-a numa instituição eminentemente dominadora, é preciso analisar o contexto dessa ação, as relações aí existentes, sua dinâmica e história, a força que tem o assistente social no movimento institucional, em formar alianças, para poder desenvolver esse trabalho. A resposta a essa questão não é imediata. (A relação com o partido político e com o agente externo é um antigo debate que a categoria viveu nos anos 70.) Verifica-se a necessidade de diferenciar as ações institucionais dos movimentos sociais e de grupos, daquelas ações que são partidárias. Há momentos em que elas refluem. O partido evidentemente é um dos instrumentos, e dos fundamentais, que dá à sociedade a possibilidade de pensar como um todo. Por ser

partido, ele confronta a sociedade como um todo, enquanto que o papel do assistente social, nessa atividade política, é trabalhar a relação dos sujeitos que estão envolvidos, tendo a intervenção como meio e fim.

Muitas vezes o partido pode se aproveitar disso para poder fazer o seu trabalho, partindo para ver o todo, ou para obscurecê-lo, que é a função dos partidos de direita. Dizem ser um partido que representa o todo. O partido revolucionário, embora seja um partido, está redimensionando suas contradições e não escondendo-as. É fundamental à sociedade ter partidos, para se pensar. Não há como viver numa sociedade como um todo, se os projetos partidários não se afrontam. O assistente social, enquanto membro de um partido, pode ou não influenciar sua ação, com essa dimensão partidária. Não se pode isolar o militante do profissional. É preciso saber conciliar ambas as tarefas. Os partidos devem refletir mais a sua posição na sociedade.

José Paulo Netto — É difícil distinguir esse perfil do profissional, traçado por Faleiros, daquela idéia do intelectual orgânico, daquele profissional a serviço das classes trabalhadoras.

Aldaíza Spozati — A questão da representação ainda aparece segmentada da produção. Ainda o Serviço Social não conseguiu atravessar a representação na reprodução. A maioria dos profissionais se vê sem condições de uma vivência suficiente de estratégia político-partidária para contribuir ao nível da prática profissional. Como se apresenta de fato a inserção do assistente social na nossa sociedade?

Nobuco Kameyama — Já que o Serviço Social se sustenta ao nível da prestação de serviços, como isso se materializa?

Marilyda Vilela Lamamoto — Assim somos nós, os assistentes sociais? Características de classes, formações, expectativas, projetos; com herança intelectual profundamente transformadora, e para cujo profissional se coloca hoje a tarefa ou a função de buscar a preservação da autonomia da classe trabalhadora. O grande risco da autonomia é reforçar uma outra forma de tutela. Até que ponto não se está numa nova versão do messianismo histórico do Serviço Social, do apostolado? Não é a ótica antes da filantropia, hoje da política, o que dilui de fato as particularidades desse trabalho na sociedade? É preciso olhar para a frente, resgatando o que existe. O perigo é a categoria criar um discurso que se sobrepõe à realidade. É preciso garantir uma luta política para avançar. Só se vai avançar à medida

que se estiver com o pé na realidade? Há o receio com relação a esse discurso, com essa linguagem programática de impedir ou obscurecer o aluno para servir e conhecer a realidade.

Maria Rosângela Batistoni — Na medida em que não existe a compreensão dessa categoria, não se tem claro a compreensão das alianças.

José Paulo Netto — Face à intervenção da Marilda, é preciso remarcar um aspecto. Não se pode perder de vista a necessidade de se formular uma intervenção programática. Frequentemente, a postura de princípio contra a idealização da categoria e das funções do assistente social, tem conduzido a um sério problema. Há elementos extremamente conservadores e reacionários em sua prática, mantendo um discurso crítico. A questão do "programático" expressa que não se constata apenas por constatar. Consta-se, e, quando se faz algum tipo de encaminhamento, a partir da constatação, está-se dirigindo um sentido de Serviço Social que se quer.

Voltando ao texto de Faleiros, nota-se uma preocupação com a dimensão pedagógica do Serviço Social. Na ótica da representação, o Serviço Social toma uma forma de pedagogia social. Há alguns supostos, não só no texto do Faleiros, mas nestas discussões. A matéria-prima do Serviço Social é a política social. Há que se ter certos cuidados:

1.º) Não se tem feito distinções claras do papel real dos assistentes sociais nas políticas sociais públicas e privadas. Há um eixo muito grande de intervenção nas políticas sociais privadas. E a questão da prática profissional se modifica.

2.º) Está-se percebendo nos estados capitalistas, inclusive desenvolvidos e avançados, uma exaustão das políticas sociais públicas, tendendo jogá-las para o plano privado. Como ficarão as tarefas do Serviço Social? É uma questão a se pensar.

No texto, a idéia do "mundo dos sentimentos" coloca a questão da comunicação. Isso é muito rico. É preciso ter cuidado para não abrir um flanco muito grande para jogar o problema da comunicação no domínio da intersubjetividade. Não é casual que Faleiros insista na idéia de pessoa. Pode-se e deve-se discutir a intersubjetividade. É nossa tarefa evitar a ótica dos irracionalismos que estão contidos no Serviço Social. A tradição no Serviço Social é pobre no debate e nas referências quanto a trabalhar o indivíduo, a pessoa, a comunicação.

Não basta o referencial que o Serviço Social tinha. Já existem algumas referências sobre o indivíduo, a personalidade, no marxismo. O risco do ecletismo é muito grande. É preciso dar conta disso e, ao mesmo tempo, não se encontra muito material divulgado na tradição marxista.

Não se pode concordar com a questão da compreensão adotada no texto de Faleiros. A idéia de encaminhar uma compreensão pela via do sujeito é algo incontrolável. Corre-se o risco de cair no impressionismo. É possível, com razão dialética mais flexível, dar-se conta da explicação e da compreensão. É preocupante a formulação de Faleiros quando afirma que cabe ao assistente social (não só) ver, não as leis gerais, mas o ângulo do sujeito a sofrer as consequências das leis gerais do capitalismo. Finalmente, muito interessante a idéia da previsibilidade. Põe em questão a idéia do planejamento etc. É preciso aprofundar. Há também a questão da autonomia, que passa a idéia de uma tarefa messiânica. O representado na sociedade brasileira, hoje (apesar de nesse país haver várias nações através das quais tanto convivemos com a idade da pedra quanto com a era do computador), o dominante, dá a idéia de que essa representação depende muito pouco do indivíduo, dos pequenos grupos, das relações familiares, informações. Essa representação tal como aparece na atribuição de um Serviço Social programático, não é um pouco de se estar "trabalhando com a foice e o martelo no tempo do raio laser"? Ainda que o quadro profissional se transforme, que se tenha uma posição de classe, que haja movimentos sociais, partidos organizados, um país em jogo democrático intenso, nesse quadro, as ferramentas do profissional não seriam muito tênues para agir nesse nível? A dúvida é da eficácia disso. O imaginário que a representação operar, via Serviço Social, não daria a impressão de que nossa função e nosso instrumento estariam hiperdimensionados? O rompimento da onipotência não pode levar à impotência. Se não se tiver um certo pessimismo da razão, o otimismo do coração não trará o avanço. Passa-se a idéia, no texto do Faleiros, de que sua projeção é otimista.

Vicente Faleiros — O que se vê na história do Serviço Social é uma preponderância da realidade da instituição da norma. Diante disso, o que fazer? Conformar-se? A preocupação, face a isso, é colocar a autonomia como um processo e não como uma teleologia. Na prática, as regras das instituições se fazem e desfazem e os movimentos populares discutem suas regras, sendo movimentos no sentido da autonomização. A idéia é essa. É preciso melhorá-la no texto.

Quanto à questão de que a representação seja preponderante face à reprodução, é preciso analisar as formas de organização e as condições de crise da realidade. Não se pode separar uma coisa da outra.

Aldaiza Sposati — A questão é que a tendência dos assistentes sociais é separar. Não apropriarem-se das situações postas, imediatas e mediatas, dentro da sua prática. Não tem domínio disso, em nome de um domínio de representação. A questão do embate ou a articulação de representação e reprodução é fundamental e deixa um "nó" na direção da questão da metodologia. No curso de Serviço Social da PUC de São Paulo a maioria dos alunos estagia em empresas. O curso está desvinculado da política do trabalho, de benefícios... daí coloca-se a organização do operário, do sindicato etc. No cotidiano, o aluno não sabe "colar" as questões postas no concreto da vida operária e a questão sindical. Segmenta-se essa articulação no representar e no reproduzir, como uma construção alheia àquilo que é a vivência do cotidiano. Assim perde-se o domínio de especificidades concretas da profissão.

3. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social

José Paulo Netto

Esta comunicação deve ser tomada em seu sentido e pretensão originais: uma simples argumentação que visa oferecer um roteiro para o debate. Não se trata, pois, de um "paper", tal como se o entende convencionalmente. Antes, é um mapeamento de eixos problemáticos, de indagações e de pontos de referência. Ou, se se quiser, tão-somente um rol das questões que não podem deixar de ser abordadas se se pretende avançar na discussão.

1. Sistematização e teoria

No âmbito do conhecimento do ser social — posta a diferença qualitativa que existe entre conhecimento da natureza e conhecimento da sociedade¹ —, a sistematização de dados (ou aspectos, traços, facetas) pertinentes a um fenômeno, grupo ou fenômenos ou processo(s) constitui um procedimento prévio e necessário à reflexão teórica. Vale dizer, os procedimentos sistematizadores, especialmente fundados na atividade analítica da inteligência² configuram um passo preliminar e

* Comunicação apresentada ao seminário "Análise das tendências e alternativas sobre o ensino da disciplina de Metodologia em Serviço Social", promovido em São Paulo pela ABESS/PUC-SP, em abril de 1988.

1. Dentre os inúmeros estudos sobre esta distinção, merece destaque a análise de Kofler (1968).

2. A nítida distinção entre intelecto e razão foi classicamente estabelecida por Hegel (s.d.); uma notável operacionalização dela, apta a esclarecer os dilemas e as insuficiências do racionalismo formal contemporâneo, comparece em Coutinho (1972).

compulsório da elaboração teórica — sem, entretanto, confundir-se com ela.

Está claro que esta assertiva, longe de ser apodíctica, se mostra como um nó de problemas, se não de princípio, ao menos de fato. Realmente, e deixando de lado as posições irracionalistas radicais (que a elimina, infirmam a própria legitimidade de um processo de gnose comandado pela razão) e as contidas nos empirismos estritos (que, efetivamente, só validam como conhecimento aquilo que é verificável de modo imediato e experimental), o que se registra, no mais das vezes, no âmbito do conhecimento do ser social, é a identificação e/ou a subsunção da reflexão teórica com/aos procedimentos sistematizadores.

Isto não é produto do acaso. Por uma parte, é característica do padrão de objetividade que a sociedade burguesa confere aos fenômenos e processos sociais uma positividade que privilegia o seu tratamento ao nível da sua imediatez (Netto, 1981). Por outra, é em conexão funcional com esta positividade, o caldo cultural próprio das chamadas ciências sociais não favorece o vetor que se interessa para rompê-la (Lukács, 1968 e 1974; Löwy, 1987). Onde a visível dificuldade dos cientistas sociais em estabelecer, para além do marco de pesquisas empíricas, as fronteiras entre generalização e teorização e entre coleta e tratamento de dados e fundamentos empíricos para a extrapolação legítima e os procedimentos indutivos (Sorokin, 1959; Mills, 1969; Gouldner, 1970 e Fernandes, 1980); e donde, sobretudo, os reiterados dilemas para vincular teoria e orientações práticas para a investigação, de que um índice célebre foi a requisição das "teorias de médio alcance" (Merton, 1968). Subjacentes a estas problemáticas recorrentes estão duas questões de notórias implicações, aliás, imbricadas: a legitimidade dos "recortes" que as chamadas ciências sociais realizam para circunscrever os seus objetos e o papel que aí desempenham os constrangimentos institucionais que são postos pela divisão social (e intelectual) do trabalho.

Não é possível tratar deste leque de problemas no marco desta comunicação. Para os nossos fins, basta indicar que todos eles jogam na direção de obscurecer as relações que mutuamente mantêm, no processo do conhecimento do ser social, os procedimentos sistemáticos e a reflexão teórica. A iluminação destas relações, em si mesmas bastantes complexas, passa, pois, pelo esclarecimento deles,

todavia, não se esgota nisto: fundamentalmente, coloca em pauta a natureza do conhecimento do social. Esta é a questão axial.

Salvo erro, nenhuma das vertentes racionalistas do pensamento moderno considera que o conhecimento do social é a apropriação, pelo sujeito, das aparências dos fenômenos — parece consensual que a fenomenalidade é tão-somente o ponto de partida, embora obrigatório, do conhecimento. O que as discrimina e especifica, pois, está para além deste consenso, que aponta como alvo do conhecer a processualidade em que emergem os fenômenos sociais.

Mesmo correndo o risco de uma excessiva esquematização, creio que, no âmbito do racionalismo contemporâneo, há duas posições fundamentais em face do processo do conhecimento do social. A primeira — que possui inequívocas raízes na tradição neokantiana — concebe a análise dos fenômenos a partir de sua expressão empírica, como um andamento intelectualivo, que conduz à formulação lógico-abstrata (universal) de um modelo ou paradigma compreensivo dos processos que eles sinalizam, das suas tendências e regularidades. Nesta ótica, o trabalho teórico tem na sistematização operada sobre o material empírico (seleção, organização, classificação, tipificação, categorização) um patamar prévio: é sobre ela que a teoria se estrutura, produzindo um símile ideal que procura contemplar a organização interna da empiria abordada através de um rigoroso tratamento analítico. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é um modelo que a razão elabora e cria a partir do objeto empiricamente dado.

A segunda posição — que me parece própria da vertente crítico-dialética — também arranca da expressão empírica para apanhar a processualidade que a dissolve e resolve, na busca de suas tendências e regularidades; entretanto, nesta perspectiva, a sistematização do material empírico não fornece o quadro a partir do qual se constrói um modelo — antes, constitui um elenco de determinações simples que permite o movimento da razão no sentido de agarrar e reconstruir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real. A reflexão teórica, nesta ótica, não "constrói" um objeto: ela *reconstroi* o processo do objeto historicamente dado. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é uma *reprodução* ideal de um processo real.

Substantivamente, o que distingue as duas posições é que concebem de modo inteiramente distinto a natureza do conhecimento do ser social. A primeira delas concebe-se como operação lógico-formal que confere aos fenômenos uma legalidade que a razão — à base da análise deles — lhes atribui; a segunda concebe-a como movimento através do qual a razão extrai dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca? A esta distinção de fundo — que, enquanto concede à primeira posição impositações nitidamente epistemologistas e metodologistas, situa a segunda como tendência expressamente orientada à ontologia do ser social⁴ — prendem-se outras diferenças, e mesmo oposições e antagonismos, extremamente significativos, que envolvem a consideração do método, da relação entre teoria e prática etc. Contudo, tais diferenças, oposições e antagonismos só adquirem a sua ponderação concreta no marco desta distinção substantiva (inclusive porque, como o demonstra sobejamente o marxismo de cariz estruturalista, é perfeitamente factível inserir numa moldura epistemologista todo um conjunto temático pertinente à inspiração ontológica original de Marx — obviamente abastardando-o).

É evidente que os dilemas próprios das chamadas Ciências Sociais, atrás sumariamente mencionados, podem e devem ser considerados à luz desta distinção (parece claro que o funcionalismo é uma modalidade de reflexão neopositivista). No entanto, a distinção se afigura mais fecunda quando se põem em tela as discussões epistemológicas e metodológicas emergentes, especialmente nos anos 60 nas culturas francófilas, nas quais a tese dos "recortes" e das "construções" de objetos (a que não é estranha a inspiração de Bachelard)

3. "Do ponto de vista ontológico, legalidade significa simplesmente que, no interior de um complexo ou na relação recíproca de dois ou mais complexos, a presença fatural de determinadas condições implica necessariamente, ainda que apenas como tendência, determinadas consequências" (Lukács, 1979: 104).

4. A mais notável expressão do epistemologismo, no campo da tradição marxista, está representada, sem dúvidas, pela elaboração de Althusser e seus colaboradores mais próximos, nos anos 60 (para a crítica de suas concepções, cf. Gianotti, 1968; Coutinho, 1972; Vasquez, 1979 e Thompson, 1985). O tratamento exaustivo do conhecimento do ser social na perspectiva ontológica deve-se a Lukács (1976-1981).

5. É que rebarteram fortemente no Serviço Social latino-americano e brasileiro a partir de meados dos anos 60; o enorme peso deste rebartimento — que substituiu o recurso à fonte original marxiana pela caricatura dela oferecida por Althusser e divulgadores menores, do naipe de M. Harrecker —

adquiriu preeminência. Porque ela permite desvelar mais concretamente, de um lado, a questão do objeto do conhecimento e, de outro, as conexões entre sistematização e elaboração teórica.

Com efeito, é do estatuto que se confere ao objeto do conhecimento que deriva aquela distinção substantiva. Se o objeto do conhecimento é uma construção (*constructo*) da razão, um recorte ideal que se articula a partir da análise empírica, com a sua concreção instaurada pelo movimento intelectualivo, então a natureza das categorias é puramente lógica (se se leva a cabo uma operação historicizante, chega a ser, no limite, sociológica) e a relação entre sistematização e elaboração teórica aparece como um *continuum* cujos pólos registram diferentes níveis de abstração (o modelo é a abstração mais alta). Se o objeto, em troca, é uma abstração que a razão se vê obrigada a realizar, tomando de uma totalidade inclusive complexa constituída de totalidades menos complexas uma dessas totalidades subordinadas (de menor grau de complexidade), para regressar ao movimento real, onde o concreto é constituído e constituinte — uma abstração, pois, que só se dimensiona por referência ao objeto real —, então a natureza das categorias é basicamente ontológica⁶ e a relação entre sistematização e elaboração teórica aparece como a relação entre um momento pré-teórico e o momento teórico; a unidade que os enlaga não elude a sua diferença — e esta consiste em que a elaboração teórica *reproduz* a particularidade com que o movimento da totalidade social se refrata na totalidade subordinada que é tratada pela razão⁷. Aqui, portanto, a sistematização de dados opera essencialmente para circunscrever um necessariamente provisório e precário campo de reflexão, mas não constitui, absolutamente, o processo teórico (mesmo que, e isto é pressuposto, ela seja teoricamente condicionada); em realidade, o processo teórico implica precisamente na ultrapassagem

ainda aguarda uma análise minuciosa. Aqui, deixo de mão os problemas levantados, sobretudo na cultura anglo-saxónica, especialmente na década de 70, com uma simpática leitura de Marx à luz de um peculiar neopositivismo — talvez o nome mais significativo, nesta vertente seja o de Eiser (1985).

6. O que parece ser a ótica mais legitimamente marxiana: "... As categorias exprimem portanto formas de modo de ser, determinações de existência..." (Marx, 1974: 127). Evidentemente, há categorias de natureza reflexiva.

7. É supérfluo assinalar que, nesta angulação, a categoria (ontológica) "de totalidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade" (Lukács, 1974: 24-5). O mesmo autor pontualiza: "É o ponto de vista da totalidade... que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa" (*idem*, 41)].

das abstrações (dos objetos sobre os quais se debruça a razão), na sua resolução no movimento da totalidade concreta.

2. Um pequeno excursão: "saindo" do Serviço Social

Convém, antes de prosseguir, indagar da pertinência deste gênero de argumentação para tematizar as questões colocadas atualmente no debate interno do Serviço Social (pelo menos tal como ele se apresenta no Brasil).

Mesmo sem a pretensão de localizar aí uma viragem histórica no Serviço Social, parece que todos reconhecem que, entre nós, a precupação com a teorização emerge explicitamente na segunda metade dos anos 60. Data de então — e a contextualização deste processo não cabe aqui, embora já esteja minimamente estabelecida nos estudos mais sérios que tratam dele e, de uma forma ou outra, remetem à face brasileira do que se convencionou chamar de Movimento de Reconceitualização — um esforço, cujos resultados ainda reclamam uma avaliação cuidadosa, para pensar o Serviço Social (como conjunto de práticas profissionais e como articulação de saberes) recorrendo a parâmetros, balizas e critérios gestados no seu exterior, seja no âmbito das chamadas Ciências Sociais, seja no da tradição marxista.

Independentemente de qualquer análise mais detida, creio que há a reter, no lapso de cerca de vinte anos já transcorridos, dois traços importantes. Primeiro, a representação que hoje os assistentes sociais se fazem da sua profissão, qualquer que seja o seu posicionamento no diferenciado espectro profissional, está indelévelmente marcada por aquela "saída". Segundo, esta representação diversificada assinalou um enriquecimento, uma ampliação e um alargamento dos horizontes profissionais.

Não acredito que seja inútil assinalar estes traços, aqui avallados como positivos, nem insistir em que eles se deveram àquele movimento dirigido para fora do Serviço Social. Pois hoje tenho a suspeita de que se esboça uma reação justamente contra a direção da "saída". É claro que houve, e há, componentes equívocos e equivocados naquele movimento — entre os quais merece atenção o modismo leviano que derivou num reforçamento do histórico ecletismo que vinca profunda-

mente as elaborações dos assistentes sociais⁸. No entanto, a motivação atual da reação que me parece esboçar-se não arranca desses equívocos; há indícios de que ela sintoniza a aspiração de pensar o Serviço Social "a partir de si mesmo", privilegiando critérios e parâmetros que se engendariam no interior de suas práticas e representações particulares. Sob o pretexto de evitar sobre o Serviço Social a instrumentalização mecânica e/ou indevida de matrizes teóricas e críticas, que podem conduzir à perda das suas particularidades e peculiaridades — um risco aliás efetivo —, começa a gestar-se um bloco de precupações tendentes a tomar o "exterior" da profissão (as chamadas Ciências Sociais, a tradição marxista) como um recurso secundário no processo do seu esclarecimento e desenvolvimento. Salvo engano, começa a tomar corpo — e à guisa de não desmerecer a reflexão "própria" do Serviço Social — a tendência a "regressar" às problemáticas "internas" da profissão.

Se esta impressão⁹ apanha um movimento objetivo, fica claro que os segmentos críticos do Serviço Social deverão enfrentar algo diverso, embora com significação similar, do que anos atrás identificamos como crítica conservadora aos avanços da chamada Reconceitualização (Netto, 1981a). A eventualidade de um enfrentamento será tanto maior quanto menos concretos forem os aportes que se obtiverem da análise da profissão realizados com o respaldo das chamadas Ciências Sociais e, alternativamente, da tradição marxista.

Ora, o substrato da minha argumentação radica precisamente na convicção de que um "regresso" como o que parece esboçar-se na tendência que de modo vago estou a pressentir é mais que uma regressão na abordagem da profissão: é uma perda no projeto de conscientização de um novo perfil intelectual do assistente social. Essencialmente, o que sustento é que foi exatamente a "saída" do campo profissional, o remeter-se ao "exterior" do Serviço Social, o referenciar-se pelas chamadas Ciências Sociais ou pela tradição

8. Modismo que, sem a menor cerimônia, levou-nos dos traços da vulgarização das teses althusserianas aos da vulgarização das teses gramscianas — sem sequer vacilar diante do "aproveitamento" de Foulcault, aliás recentemente atingido pela crítica de Merquior (1986).

9. E ressalto que se trata mesmo de impressão, algo difuso que tenho constatado entre docentes e assistentes sociais honestamente empenhados no desenvolvimento teórico e crítico das representações profissionais.

marxista — malgrado todos os equívocos aí registrados — que assegurou os avanços verificados entre nós nas duas últimas décadas.

Um Serviço Social renovado, entendendo-se pela denominação uma articulação de saberes permeada pela crítica radical e um conjunto de práticas aberto ao emergente e capaz de contemplar na intervenção profissional os projetos societários que apontam para a ultrapassagem do horizonte burguês, não se produzirá senão pelo recurso teórico (e prático) “exterior” ao campo profissional. E, até agora, este recurso não nos sobeja: de fato, ele é ainda incipiente — e sua incipiência se flagra nos equívocos de que fomos/somos testemunhas ou protagonistas.

3. Sistematização (da prática) e da teoria em Serviço Social

A discussão da sistematização (da prática e da teoria) em Serviço Social — seria mais adequado dizer: a discussão da relação entre sistematização (da prática) e teoria — implica a discussão prévia contida no item 1 desta comunicação. Darei por suposta, agora, esta implicação. Entretanto, refratada no bojo das polémicas atuais que penetram o nosso meio, a discussão pode ganhar encaminhamentos diversos conforme a concepção que se sustente do Serviço Social mesmo.

Acredito que entre nós, hoje, enfrentam-se basicamente duas concepções sobre o Serviço Social, nem sempre devidamente explicitadas:

- a) o Serviço Social como profissão cujos fundamentos elementares é um corpus teórico e metodológico particular e autônomo;
- b) o Serviço Social como profissão cujo fundamento elementar é um espaço sócio-ocupacional circunscrito pela divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura.

Evidentemente, nem a primeira concepção descarta as determinações da divisão social do trabalho, nem a segunda menospreza as dimensões técnicas que enformam a profissão. O que as especifica, contudo, é a legitimação preferencial do exercício profissional: na primeira, esta seria uma função do campo de saber do qual o exercício profissional constituiria um sistema de mediações; orientada por balizas teóricas e científicas, nele se instauraria uma prática profissional que, tratada analiticamente, propiciaria um conhecimento do ser social

que, no plano da reflexão, articularia uma teoria referenciada àquela prática. Na segunda, a legitimação elementar independe das eventuais e possíveis elaborações teóricas dos protagonistas da profissão, vinculando-se antes ao desempenho de papéis e funções que lhes são institucionalmente atribuídas; aqui, a elaboração teórica, ao contrário do que reclama a concepção anterior, é, para a legitimação (e para a fundação) da profissão, um epifenômeno.

A disjuntiva, porém, não se mostra com inteira consequência. Por uma parte, esta dualidade de concepções (que, aliás, não esgota a auto-representação da profissão, posto que existem colocações a que se podem chamar “híbridas”) não é simétrica àquela que distingue impostação epistemológica e impostação ontológica; por outra, na defesa de ambas, frequentemente coincidem supostos teóricos e metodológicos diversos e até colidentes; e mais ainda: a sustentação delas não parece vincular-se, pelo menos de forma clara, a posições valorativas (de cariz francamente ideológico) determinadas.

De qualquer forma, seus eixos elementares desenham possibilidades alternativas: de um lado, e prática profissional configurando um objeto particular a partir do qual a reflexão construtiva um quadro teórico próprio e específico; doutro, a prática profissional oferecendo-se como terreno para a reflexão própria da racionalidade teórica das chamadas Ciências Sociais ou da tradição marxista. Em nenhuma das alternativas interditase a prática profissional como campo para a elaboração teórica; mas enquanto a primeira — que a concebe como fundante da profissão — pensa-a como um ramo autônomo¹⁰ no elenco das chamadas Ciências Sociais, a segunda trans-lada-a para o âmbito comum dessas ciências ou do tratamento que lhe pode conferir a tradição marxista¹¹.

Isto posto, tanto a relação da sistematização (da prática) com a teoria quanto cada um desses momentos adquire um relevo diverso conforme a ótica em que se inserem.

10. A autonomia vincula-se à especificidade do “objeto teórico”, não excluindo, antes supondo, a relação inter e multidisciplinar com outros ramos das chamadas Ciências Sociais.

11. O que, escusa aclarar, não significa que se cancela ao profissional de Serviço Social a possibilidade (ou o dever) da elaboração teórica; mas a sua resultante, enquanto produto teórico, diz respeito às chamadas Ciências Sociais ou ao acervo da tradição marxista.

Na primeira alternativa, a sistematização (da prática) aparece como uma dupla requisição: de uma parte, é a condição para otimizar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais e transmissíveis via formação institucional; de outra, e fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o "recorte" de um "objeto" em função do qual a elaboração teórica desenvolveria o seu movimento de constituição de um saber específico. E deste movimento — implicando não só um instrumental heurístico, mas igualmente uma metodologia própria — que resultaria quer uma diluição maior da intervenção prática quanto a produção teórica do Serviço Social. O circuito sistematização (da prática)/teorização estaria tensionado pela investigação, com isto denotando-se todo o percurso analítico.

Um exame, mesmo que perfunctório, do suposto de base desta projeção revela-a medularmente problemática. Deixando de mão o fato inquestionável de, historicamente e até agora, a reflexão "própria" do Serviço Social não ter feito mais que adequar, operacionalizar e instrumentalizar, para os seus fins de intervenção, princípios, métodos, conceitos, categorias e técnicas das chamadas Ciências Sociais (e, em muito menor escala, da tradição marxista), o que ressalta como óbice de superação pouco factível é um nó de dilemas que pode ser enunciado brevemente: a construção de um saber teórico (e não meramente técnico) sobre uma prática profissional (que, é pacífico, não é mais que um segmento restrito e condicionado do complexo de práticas institucionais).

O que importa, porém, é que, nesta ótica, à partida, o procedimento sistematizador (da prática) já se opera segundo a indução de um viés nítido: a pesquisa teórica da cientificidade e da especificidade — projetadas — do Serviço Social. Os "cortes" e "recortes" se sucedem, lançam-se as bases do "objeto teórico" etc. E a problematidade do empreendimento termina por esgotar a teorização na sistematização (da prática): a prática refigurada idealmente (modelo) pelo crivo analítico aparece como um sucedâneo da teoria. A elaboração formal-abstracta dos padrões mais regulares e reiterativos da prática tende a surgir como produto teórico¹².

12. É possível pensar sob esta lente a teorização inteira do Serviço Social — desde o esquema "clássico" estudo/diagnóstico/tratamento/avaliação aos "modelos de intervenção" dos anos 70.

Não são poucos os profissionais e docentes que, em face desses dilemas, procuram efetuar um giro sensível na concepção que estamos tematizando. Sem sustentar expressamente a possibilidade de uma especificidade teórica do Serviço Social, condenam a sua peculiaridade no enfrentamento do seu objeto real, donde uma especificidade na sua modalidade de intervenção. Traduzam o que seria a problemática da constituição de um método para a construção teórica para o nível de um método de intervenção na realidade. A inflexão é ponderável e significativa — especialmente porque, com ela, a sistematização (da prática) passa a ter um sentido diverso do que já vimos —; entretanto, ela introduz uma dualidade de difícil fundamentação (pelo menos se se quiser operar no interior de um marco teórico crítico-dialético) entre âmbito teórico e âmbito prático e acaba por conferir estatuto metodológico a momentos diferenciados do processo de intervenção ou mesmo a estratégias de intervenção.

Na segunda alternativa — aquela que concebe o Serviço Social como profissão fundada na divisão social do trabalho —, o encaminhamento da relação sistematização (da prática)/teoria é diverso. Aqui, o que se cancela é uma teoria do Serviço Social: interdita-se um saber teórico constituído e construído pela profissão. O suposto é que o Serviço Social opera com um conjunto de representações teóricas e ideais que extrai das chamadas Ciências Sociais ou da tradição marxista — rearticuladas sincreticamente em função de suas demandas de intervenção. Assim, a sistematização (da prática) mostra-se, de uma parte, como urgência para localizar os seus pontos de estrangulamento, para indicar a necessidade de novos aportes teóricos, para sinalizar a existência de lacunas no acervo de conhecimentos e de técnicas, para sugerir a emergência de fenômenos e processos eventualmente inéditos, isto é, como momento pré-teórico a ser elaborado pelas Ciências Sociais ou pela tradição marxista; de outro, enquanto procedimento profissional, apresenta-se como o requisito para estabelecer padrões de conduta institucional eficazes e para regularizar e normalizar a reprodução da categoria profissional.

Nesta perspectiva, os procedimentos sistematizadores são induzidos como exigências da própria prática, e suas resultantes não se propõem como produtos de elaboração teórica; antes, a pesquisa e a investigação se situam como constitutivas mesmas da prática profissional. O momento teórico — que se remete às chamadas Ciências Sociais ou à tradição marxista, e que pode perfeitamente ser protago-

nizado pelo assistente social¹³ —, indispensável para estabelecer parâmetros de competência, de eficácia e de (auto)-crítica no exercício profissional do assistente social enquanto tal, este momento inscreve-se para além do Serviço Social (que a ele deve recorrer sistematicamente): constitui, como elaboração teórica estrita, tarefa precípua de uma instância de reflexão que não é componente orgânico e sistemático da intervenção profissional.

4. As referências da discussão

Quer-me parecer que a discussão sobre sistematização (da prática) e teoria em Serviço Social, para ser fecunda e não reproduzir resultados e procedimentos já conhecidos, deve efetuar uma sinopse das tradições pertinentes ao Serviço Social e envolver necessariamente a seguinte pauta:

- a) a explicitação rigorosa da referência teórica a que pretende aderir (teoria como modelo compreensivo do processo social ou teoria como reprodução ideal do movimento real do ser social);
- b) a consequente elaboração dos pressupostos e decorrências implícitos na opção contida na relação teoria-método, no universo categorial e nos instrumentos heurísticos;
- c) a clarificação da concepção que se sustenta do Serviço Social e da natureza dos procedimentos que a sua prática profissional exige;
- d) o tratamento cuidadoso das funções que se pretende deva cumprir a investigação em Serviço Social, determinado as suas finalidades, recursos e limitações;
- e) a determinação, a mais nítida possível, das relações entre o eventual saber produzido ou a produzir-se a partir da prática profissional do Serviço Social e a elaboração própria das chamadas Ciências Sociais e da tradição marxista;
- f) o estabelecimento de traços distintivos entre os procedimentos de sistematização empregados nas chamadas Ciências Sociais e na tradição marxista (sistematização que se opera especialmente sobre

13. Insiste-se (inclusive porque este é um elemento factual): enquanto produtor teórico, o assistente social não se distingue do cientista social ou do teórico vinculado à tradição marxista.

- g) o levantamento dos recursos culturais (do arcabouço teórico e cultural) que devem necessariamente estar presentes na base de qualquer projeto de sistematização e, eventualmente, de elaboração teórica no Serviço Social.

Bibliografia

- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- ELSTER, J. *Making sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. S. Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- GIANNOTTI, J. A. *Contra Althusser. Teoria e prática*. São Paulo, n.º 3, 1968.
- GOULDNER, A. W. *The coming crisis of western sociology*. New York, Basic Books, 1970.
- HEGEL, G. W. F. *Ciência de la lógica*. Buenos Aires, Solar-Hachette, s.d.
- KOFLER, L. *La ciencia de la sociedad*. Madrid, Revista de Occidente, 1968.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo, Busca Vida, 1987.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. Barcelona-México, Grijalbo, 1968.
- _____. *História e consciência de classe*. Porto, Escorpião, 1974.
- _____. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Antologia dell'essere social*. Roma, Riuniti, I-II, 1976-1981.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. *Marx*. São Paulo, Abril, vol. XXXV, Coleção "Os pensadores", 1974.
- MERQUIOR, J. G. *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- MERTON, R. K. *Social Theory and Social Structure*. Glencoe (Illinois), The Free Press, 1968.
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- _____. *A crítica conservadora à reconceptualização. Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.º 5, 1981b.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- VASQUEZ, A. S. *Ciência e revolução*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

Debate sobre a Intervenção de José Paulo Netto

Vicente Faleiros — É muito difícil em poucas palavras comentar um texto tão rico. A riqueza, a profundidade, as referências do texto e principalmente da exposição, são extremamente carregadas de sentido, o que não permite destacar parte dele, mas sim, considerá-lo na sua totalidade.

Selecionei alguns pontos que me chamaram a atenção:

1.º) A própria lógica do texto que coloca o "dentro e o fora", referida também por Nabuco. Daí surgir a diferença entre a minha colocação com aquilo que vocês pretendem colocar. A impressão é que, ao "ver de fora", vocês esqueceram de "ver de dentro", no sentido de que o Serviço Social está demarcado dentro de um contexto geral que só a partir de fora dele é possível entendê-lo de dentro. Esse "ver de fora" significa ver uma teoria abrangente, geral, que ilumina não só o Serviço Social, mas toda a realidade, daí a dificuldade em situar o Serviço Social nessa teoria. O que ele é, visto de fora? Uma das preocupações é situar o Serviço Social no seu contexto (trabalhos de Faleiros, 1974). E vê-lo no seu processo de geração e não de cima para baixo. A opção da análise por dentro não exclui ver de fora, mas estabelece-se a relação entre ambas. Estamos dentro do Serviço Social. Em segundo lugar, há uma demanda de profissionais para renovar sua prática que se manifesta de diferentes formas nos seminários, nas críticas. Há uma crise teórica no Serviço Social hoje, sendo muito mais uma crise de respostas aos problemas de ação. Essa crise deve ser vista de dentro.

2.º) Conceito de teoria. Há um dilema. Ou é ontologia ou é epistemologia ou é modelo. É bastante forte essa questão colocada por José Paulo Netto, dando certa dificuldade em situar-se num ou noutro conceito de teoria. É importante abordar a questão da especificidade do Serviço Social. A teoria é um processo fundamentalmente de crítica e negação que possui duas dimensões. Uma primeira é

quando se desgarrar do empírico, do religioso, como surgiram as teorias da física, da química. Uma segunda é o confronto que se dá com outros interlocutores dessa teoria. A negação é um processo de confronto.

Quando se fala de Mary Richmond, por exemplo, ela se situou num contexto liberal e negou uma forma muito mais empiricista que os assistentes sociais desenvolviam, articulou um pensamento, uma crítica àquela outra prática, anterior a ela. A negação de Mary Richmond se dá num confronto com o marxismo, com o debate mais articulado que pode, ao mesmo tempo, destruir alguns aspectos colocados por ela, negar a positividade, reconstruir alguns aspectos que ela reconstruiu, num outro contexto. A medida que há uma negação, há também uma retomada. Enquanto vejo na sua proposta (de José Paulo) uma negação total, e não um processo de negatividade que retoma alguns aspectos, vejo a construção da teoria através dessa crítica. A medida que estamos com os alunos, na prática, criticando o funcionalismo, que está presente no dia-a-dia, estimula-se a crítica e desenvolve-se um pensamento teórico. Parece-me que a sua definição de teoria é ambígua. Ora só o marxismo é teoria, ora as outras concepções são também teoria. Ou a definição vale universalmente ou vale só para o marxismo.

3.º) A ontologia do ser social. O ser social é um ser em relação. Não se pode falar de ontologia a não ser pensando a relação social, o que é diferente da ontologia metafísica, que dá a idéia do único. Se pensamos o social, pensamos as relações sociais, as quais são múltiplas, extremamente complexas. Concordo com Nabuco quando ela diz que a teoria busca as conexões destas relações, desse ser social, que estão em confronto e de diferentes maneiras, determinadas pela relação de classe, de produção, de dominação etc. Há também a relação imediata, e outras mediações dessas relações que não se reduzem apenas à produção: a relação homem x mulher; pais x filho; negro x branco etc. O Serviço Social se inscreve nesse contexto de relações com a especificidade de trabalhar um desdobramento dessa relação ou sobreterminadas pelas relações fundamentais. Tem-se aí uma especificidade histórica de objeto que não se pode negar, nem reduzir. E o ser social é também isso. Às vezes, me fica a idéia, pela fala de José Paulo, de um método único que vai resolver tudo. O método marxista é um método revolucionário para transformar o conjunto da

sociedade cuja proposta é superar o capitalismo. O que se propõe são outros métodos vinculados a esse. São outros objetos (esses métodos seriam os desdobramentos), dentro da mesma matriz teórica, com base em uma crítica dessa matriz. Essa matriz não é dogmática, nem doutrinária. É maior a preocupação com esses desdobramentos do que discutir se o marxismo está bem ou mal definido, mas como ele está se desenvolvendo.

Maria Eulália Moreira — São novos métodos dentro de uma mesma matriz teórica? Ou são desdobramentos?

Vicente Faleiros — O método (ver o texto sobre metodologia da articulação) é visto como uma crítica do caminho que se segue para poder refazer esse caminho, a capacidade de pensá-lo, para refazê-lo. Quando Marx toma o método de Hegel — será que o marxismo tem método próprio? Marx não coloca o método de Hegel de cabeça para baixo? (ver o Posfácio da 2.ª edição de *O Capital*) — muda o método? Desdobra-o? Apropria-se do método de Hegel? É claro que o método em Hegel é diferente do de Marx. Em Marx trata-se de relações com a realidade e em Hegel, com a consciência. No Serviço Social esse desdobramento parece ser uma novidade no sentido do enfrentamento de questões novas que não são colocadas inicialmente no outro contexto. Aí se enriquece e se fecunda a teoria, o que nos ajudará a repensar certas questões como por exemplo os sentimentos.

Marina Maciel de Abreu — Tem que dar-se conta da historicidade do método. Cada momento é novo, porque o objeto torna-se novo, a forma de pensar a consciência já tem novos elementos num movimento que torna outro o método.

Maria Eulália Moreira — O método visto como um conjunto de procedimentos implica em variação freqüente do objeto; numa outra visão a compreensão é diferente.

Maria Rosângela Batistoni — A questão do desdobramento corre o risco de ser entendido como derivação. Entendendo que o método dá conta de uma universalidade, uma indicação de ordem abrangente, ele não tem derivação particular. Ele não é uma aplicação (por exemplo, ou numa dor de dente ou numa revolução). Qual é a questão que dá conta do processo diferenciado desse particular? É a questão do universal e do particular, do singular. A partir das classes sociais, no marxismo, se tem a questão abrangente que direciona e informa, que dá a universalidade de tratar o negro, a mulher, o alcoólatra... Para

tratar Marx, é preciso tratar da constituição do método marxista, ou seja, o seu surgimento, seu desenvolvimento. O que é nele a negação, a ruptura e a continuidade. O que ele torna, retoma e dá continuidade. Como entender a teoria como crítica e julgamento? Quais são as fontes do marxismo? Quais são as categorias em Marx, as quais já estavam dadas quando formulou seu método? Outra questão é: será que hoje se reduz o método a uma questão conjuntural histórica? Qual é a compreensão histórica do método? O que é a sua historicidade? Está havendo uma redução da teoria a uma determinação histórica? Marx pensou além de seu tempo?

José Paulo Netto — É importante sempre estarmos nos revendo. Há muitas dúvidas (até no que eu ando escrevendo). Para romper com um circuito muito fechado, é preciso cortar por algum lugar, correndo o risco de cometer equívocos. Um dos equívocos mais graves, mas extremamente importante, foi o epistemologismo que tomou conta do Serviço Social. Tudo virou construção de modelo, de categoria. Nas teses de mestrado do Rio de Janeiro, de 1978 a 1982, está expressa uma homogeneidade de abordagens, tornando-as iguais. Selecionam-se quinze variáveis, conta-se quantas vezes a palavra x aparece no texto etc. Esse fato expressa uma importância para o avanço do Serviço Social pois iniciou-se, dessa forma, a pensar, a escrever, a publicar no Serviço Social. É preciso, no entanto, sair disso. O que passa por ser o marxismo, é um pedaço do marxismo passado aos alunos. E é passado na bibliografia específica do Serviço Social como o marxismo. Não existe o marxismo. Existem marxismos. Pode-se perceber na análise histórica, aquele que dá mais conta, que é mais abrangente. No interior do marxismo há essa polémica entre ontologia e epistemologia. Isso não aparece no Serviço Social. Daí essa questão ser enfocada numa dimensão polar. Na prática da pesquisa, ela não se coloca assim. Há autores que começam com pressupostos epistemologistas e no meio do caminho, até pela força que a realidade tem, são obrigados a trabalhar a questão ontologicamente.

Essa discussão não tem passado entre os profissionais do Serviço Social. Nos anos 70, no Brasil, referia-se grandemente a Althusser. O que não se dizia é que ele era membro do Comitê Central do Partido Comunista. Esse detalhe não vai sem consequências teóricas. Com relação a Gramsci há trabalhos sérios e há "picaretagens". Não se diz que Gramsci é o fundador do Partido Comunista Italiano. Com divergências ou não, foi o homem da III Internacional. Não há dúvidas

de que Gramsci, em termos de organização partidária, era, leninista rigoroso. Isso é um fato. Qual é a consequência desse fato? Quando Gramsci fala de intelectual orgânico, não se refere a um partido qualquer, a um partido de trabalhadores qualquer. Fala de partido no molde leninista. Quando se perde esse tipo de referência, não se perde um detalhe. Perde-se uma implicação teórico-política. É fundamental corrigir os equívocos. Outra questão: existem teorias sociais várias. No entanto, essas teorias têm um grau de abrangência que é diferenciado. O que caracteriza as Ciências Sociais contemporâneas e um pouco o marxismo, é que deixaram de elaborar teorias abrangentes. No âmbito da Sociologia, a última grande construção foi de Parsons.

Depois disso não há uma teoria sistemática. Ao destacar-se o marxismo não é porque seja o melhor. É diferente. A diferença está em três angulações:

- 1.º) Na sua explícita destinação, vocação de mexer com o real;
- 2.º) Tem um ponto de vista de classe que é inalienável dele. É um elemento extrateórico, mas que condiciona a construção teórica;
- 3.º) A questão da historicidade. Os profissionais se indagam pela historicidade porque parecem supor que método é algo citado pela razão e a historicidade é um objeto. Definitiva método como a máxima fidelidade do sujeito ao objeto (é claro que isso é grosseiro). A historicidade passa fundamentalmente pelo objeto. Uma questão fundamental que se discute é a do reducionismo. Por exemplo, não consigo explicar minha família se não mediante as categorias de Marx — classe social etc. Mas, isto não explica minha família. Não me basta. É preciso a relação do universal com o particular. Não se pode mistificar o método. O marxismo é análise concreta de situações concretas. Pode-se ter um excelente arsenal metodológico e não ser capaz de responder a uma questão mais simples. Por outro lado, pode-se não ter esse arsenal, e pode-se oferecer um quadro analítico, compreensivo de uma situação, de uma conjuntura, de maneira mais significativa. Há um elemento de talento que não é um problema individual. Uma profissão precisa encontrar reservas de força, crescer, para revelar talentos, não como elemento genético, mas social, cultural. A historicidade está em criar abordagens novas ou manter a fidelidade do sujeito ao objeto.

O conhecimento nada mais é do que retrocaptar, arrancando do objeto as suas regularidades, a sua configuração, a sua estrutura, as

suas tendências. A historicidade passa pelo real. Não é uma construção intelectual. O marxismo serve para quê? O marxismo vale para explicar a sociedade burguesa. É a tomada de consciência do ser social nesta moldura. A iluminação categorial não dá a verdade do problema. É necessário considerar a particularidade. Por isso, método não se aplica. A história do método implica em dar conta da contemporaneidade do objeto.

Marina Maciel de Abreu — E a razão está contida na recaptura do objeto? Parece, na sua fala, que o real por si se explica. O método entendido como relação necessária entre sujeito e objeto implica em conter razão e realismo. Parece que há um descartar da razão. Parece ser a razão, a prática, caótica. Ao mesmo tempo prevalece a idéia dualista entre razão e real.

José Paulo Netto — A razão é um instrumento da recaptura do objeto. Há que se pontuar esses dois níveis: a razão e a prática. A razão que conhece tem no método um instrumento. A razão é também constitutiva do real. A realidade não é caótica. Ela é estruturada, tem um sentido próprio. Por isso ela é racional. Não no sentido da obediência de leis que levarão a um finalismo. Ela pode ser permeada, compreendida por esse instrumental, construída pela evolução sócio-cultural. Daí a não separação da razão desse processo. A razão é constitutiva do processo histórico. Há uma concepção de realidade, de processo. Ele tem certas regularidades, não é caótico, tem uma estrutura. A razão emerge desse movimento. O ser social (e a razão é a expressão desse ser social) se constitui na história, ou seja, o seu substrato é a história. A razão está imersa na história, mas não se confunde com a história. A razão não tem uma objetividade que independa da história. E a história tem uma objetividade que independe dela. Não há sujeito sem história, mas pode haver história sem sujeito.

Marina Maciel de Abreu — Nem na própria construção da vida dos homens?

José Paulo Netto — Vamos admitir que a natureza tem uma especificidade que lhe é peculiar, diferente da dos homens. A categoria de liberdade, de finalidade não existe lá. Mas ela tem história. Qual é o sujeito da natureza? Há uma concepção que admite ser Deus. Quem não admite, entende a história sem sujeito. O sujeito que somos demanda uma história. Esse ponto de ruptura é essencial pois a razão é constitutiva da história — daí a práxis ter um sentido. Ela

só tem sentido porque pode ser penetrada pela razão entendendo-se aí a vontade, a intencionalidade. Ela é produto dessa história. É constituída pela história, mas a possibilidade dela enquanto razão constituir a história é remota. Há alguns pressupostos que se discutem como teórico — por exemplo, a tarefa revolucionária do proletariado. Isso é teoria? Essa afirmativa, até o momento, ainda não foi verificada minimamente. Outros autores entendem que marxismo é só método. Ele não é só método. Contém uma vontade histórica, um projeto histórico, o que é muito difícil, como querem alguns marxistas, derivar das suas análises teóricas. Existe aí uma tradição cultural, no plano sócio-político, ou seja, atribuir ao proletariado a função de fazer o trânsito da história à humanidade. Ela tem supostos numa análise factual. Não se sabe se essa ligação é rigorosamente teórica. Cabe esperar a história como partícipe. Temos uma leitura lógica da história no interior do próprio marxismo.

Vicente Faleiros — Na *Ideologia Alemã* Marx diz que ser comunista é criticar a sociedade existente. No *Programa de Ghotá*, ele não coloca um programa explícito, fazendo a crítica da sociedade existente. Quando eu coloco a teoria como crítica trata-se de uma concepção, ela está arrancada daí.

Nobuco Kameyama — Retomando a questão da teoria, entendo que o real tem um ritmo diferente. A razão não é capaz de captar e trabalhar isso. A razão sempre vai num ritmo mais atrasado. Isso não significa que a teoria possa arrancar desse real as tendências. Tendência é a lei do movimento. Dessa forma, a teoria é a apreensão do movimento do ser social. A práxis, a prática é um conceito mais geral no qual se inclui práxis cognitiva e a prática social. A prática do Serviço Social não se confunde com a prática social. Ela é constitutiva da prática social. A prática social exige sujeito coletivo: os assistentes sociais, os partidos, as organizações etc. A prática do Serviço Social é constitutiva disso, também, mas tem sua particularidade. A confusão pressuposta é a religião. A possibilidade da razão rebater na história é muito reduzida. Sem teoria não se pode ficar, mas ela não é a "tábua de salvação". Pode-se ter uma leitura teórica de um momento histórico, absolutamente idêntico, a partir dos mesmos fundamentos. No entanto, as propostas de intervenção não serão iguais. Por que a razão não esgota o real, não constitui o real?

Adalza Sposati — É importante discutir a imanência da história, na perspectiva hegeliana, que coloca a nível da imanência da História

a figura de Deus, como predeterminada, para clarear a questão da sobre-determinação histórica, do teleologismo histórico, da préfinalização.

José Paulo Netto — A questão do teleologismo é colocada no marxismo. Algumas correntes do marxismo são frequentemente acusadas (até pela missão histórica que atribuem ao proletariado) de finalismo. Enquanto Hegel punha o espírito absoluto como fonte da história, coloca-se hoje o proletariado como o resgatador, o Messias histórico. Isso remete a uma discussão rigorosamente filosófica, no sentido tradicional. Numa passagem Engels afirma que numa conjuntura histórica qualquer os sujeitos sempre têm uma vontade maior que zero e menor que um. Isso significa que a vontade dos protagonistas, dos sujeitos, pesa. Mas nunca pesa tomada de *per si*, decisivamente. Isso no plano do conhecimento, da história. Há um outro elemento que é a questão do projeto.

Vicente Faleiros — É preciso resgatar o que pela própria influência althusseriana ficou perdido.

4. Metodologia do Serviço Social — a práxis como base conceitual

Marina Maciel e Franci Gomes Cardoso

O debate sobre a Metodologia no Serviço Social, no Brasil, intensificou-se na última década, sobretudo no meio acadêmico, face às exigências do novo currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982, que assume uma perspectiva de construção de um projeto de formação profissional do assistente social compreendido com o projeto histórico dos setores populares na sociedade brasileira.

A questão metodológica destacou-se como um dos temas centrais e mais polêmicos no processo de revisão curricular, verificando-se inicialmente uma ênfase na crítica do ensino da "metodologia tradicional", expressa em disciplinas distintas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, núcleo da formação profissional do assistente social. Essa crítica, conforme analisa Josefa B. Lopes, "conduziu a definição curricular no sentido da disciplina Metodologia do Serviço Social, aparentemente superando a forma tradicional de ensino de tratar a questão do método e da metodologia em Serviço Social" (Lopes, 1984: 1).

Essa nova matéria, desde a sua implantação, vem apresentando grandes dificuldades em sua operacionalização nos cursos de Serviço Social do país, constituindo um dos principais pontos de estrangulamento no novo currículo. Em virtude disso, observa-se uma grande

* Universidade Federal do Maranhão, abril de 1988.

diversidade de tendências no ensino da Metodologia¹, o que reflete, por um lado, a imprecisão conceitual deste conteúdo no currículo mínimo, contribuindo para agravar a inquietação e angústia de professores, alunos, supervisores de estágio e profissionais de campo, estes, engajados em sua maioria em práticas institucionais do Estado ou empresas privadas, quanto à necessidade de construção de novas alternativas metodológicas que venham responder de forma coerente e eficiente às demandas colocadas ao Serviço Social, cotidianamente, pelos setores populares.

O debate sobre a metodologia vem, portanto, despertando grande interesse no meio profissional, em particular àqueles grupos preocupados em redimensionar os espaços da prática — predominantemente a nível das instituições do Estado no repasse de serviços assistenciais — em lugares "privilegiados" de conscientização e organização popular, fortalecendo "a luta dos trabalhadores brasileiros, pela conquista, manutenção e ampliação desses serviços na relação com a burguesia empresarial e com o Estado" (Lopes, 1984: 1).

Considerando os últimos eventos promovidos pela ABESS, em que esta temática vem sendo discutida, evidenciam-se diferentes posicionamentos que expressam o momento presente desse debate do qual um grupo de professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão vem participando desde 1979. As idéias deste grupo são assim produto de um processo longo de reflexão, que no entanto se encontram dispersas.

Neste trabalho empreendemos um esforço no sentido de resgatar esse processo apontando os fundamentos da nova compreensão sobre a metodologia do serviço e questões que consideramos centrais no debate sobre esta temática.

Todo nosso estudo parte fundamentalmente do pensamento de Gramsci sobre a *práxis*, considerando sua preocupação com a elaboração

1. A respeito da disciplina de Metodologia, na nova proposta do currículo mínimo, a análise de J. Paulo Netto confere à mesma a determinação do eixo fundamental da noção de Serviço Social, destacando três direções nas quais pode enveredar-se o ensino: "ou reproduzindo os parâmetros tradicionais, ou travestindo-os de modernidade, ou rompendo definitivamente e radicalmente com eles" (Paulo Netto, 1984: 5). Assim o autor aponta a alternativa eclético-restauradora, a solução modernizante e a via da ruptura, respectivamente, admitindo a possibilidade de predominância das duas primeiras no processo de formação profissional do assistente social.

ção teórica voltada para a prática política na perspectiva de instruir a classe subalterna em seu processo de constituição como classe hegemônica, constituindo um pensamento efetivo para o Serviço Social enquanto prática interventiva em seu esforço de superação do pragmatismo.

Ressaltamos também a contribuição de Miriam Limoeiro Cardoso destacando-se as suas reflexões sobre o método, ideologia e a relação ciência e ideologia, bem como sua participação direta em nosso estudo.

1. A práxis na concepção gramsciana — contribuição para pensar o serviço social

A nossa reflexão sobre a categoria da práxis, neste trabalho, está apoiada no pensamento gramsciano, buscando abstrair indicações básicas para entender as especificidades da Teoria e da Prática; enquanto unidade no processo histórico de construção da vida social. Neste esforço, buscamos fundamentos para compreender o Serviço Social, como uma profissão, que se especifica no quadro da divisão social do trabalho; como intervenção direta na realidade social, supondo uma base de explicação dessa realidade e da intervenção.

A práxis representa no pensamento marxista a categoria mais geral e mais simples, que dá conta da totalidade da prática social desenvolvida pelos homens na construção da sociedade e de si mesmos. Marx concebe como totalidade histórica a produção e reprodução do homem através do seu trabalho na relação com a natureza e com outros homens a partir da necessidade. Na sociedade capitalista, a prática social reflete um modo peculiar de produção fundado na mercantilização universal e na produção de mais-valia, que representam a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo entre os homens enquanto pertencentes a classes sociais distintas — burguesia e proletariado.

As condições e conseqüências dos antagonismos e lutas entre estas classes são mistificadas na representação burguesa das relações sociais, bem como o trabalho e os produtos são coisificados como se fossem estranhos ao homem, revestindo as relações sociais de uma positividade necessária à dinâmica capitalista, servindo ao mesmo

tempo para aprofundar e garantir a reprodução do domínio desta classe na sociedade.

A explicação marxista sobre a sociedade capitalista desvenda e desmascara os fundamentos aos antagonismos e desigualdades entre as classes sociais como algo que lhe é intrínseco, como possibilidade real de descoberta e superação das contradições que determinam essas relações. Por esta razão, Marx criou uma nova concepção de mundo, que é essencialmente revolucionária enquanto consciência do proletariado, elevando a teoria científica, no processo de realização de sua hegemonia.

Na sociedade capitalista, a práxis é assim o processo coletivo das classes sociais em luta pela hegemonia no bloco histórico. A burguesia busca manter-se como classe hegemônica, dirigindo e controlando a prática social em função de seus interesses; o proletariado luta para erigir-se como classe hegemônica, na transformação das relações que o dominam. As classes sociais em suas relações de luta, no enfrentamento de seus interesses, constroem e desenvolvem projetos políticos específicos que expressam concepções de mundo distintas, que englobam e articulam as formas particulares de manifestações da práxis nos diferentes domínios da vida social.

O proletariado como a classe que tem a função revolucionária de transformação da sociedade capitalista, encontra na própria dinâmica desta sociedade as condições históricas dessa transformação. A estrutura-mundo da produção, conforme assinala Gramsci, "qual força exterior que esmaga o homem, assimila-o a si, torna-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas" (Gramsci, 1978: 53). Essa nova forma ético-política significa a elaboração da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, e ao mesmo tempo representa as condições subjetivas e objetivas para a transformação da práxis. Isto posto, fica claro que a superestrutura não é, pois, mero reflexo do conjunto das relações sociais de produção, tem uma ação de retorno sobre estas relações, alterando-as, transformando-as, constituindo lugar privilegiado da luta hegemônica. Gramsci, pensando a perspectiva de constituição da hegemonia do proletariado, explicita o papel da superestrutura, a sua relativa autonomia em relação à estrutura, ressaltando a importância e desenvolvimento político do conceito de hegemonia, como um grande progresso filosófico, além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual

e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se, embora entre limites ainda restritos, crítica (Gramsci, 1978: 21).

É na reflexão gramsciana sobre a hegemonia do proletariado que se encontram indicações fundamentais para compreender a relação essencial entre *teoria* e *prática*, que efetiva e substancia o desenvolvimento do processo político da práxis, expressando-se na conduta de cada homem enquanto pertencente a uma classe social.

Gramsci afirma a existência de uma filosofia espontânea implícita na ação prática dos homens, chamando a atenção para os limites e características dessa filosofia, bem como apontando as possibilidades de sua elevação a níveis superiores de elaboração, fornecendo à prática uma direção consciente. Refletindo sobre estes limites, afirma que o "homem ativo da massa atua praticamente mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma" (Gramsci, 1978: 20).

Para Gramsci, todos os homens participam de uma determinada concepção de mundo imposta pelo ambiente exterior desde a sua entrada no mundo consciente, através da qual fazem parte de um determinado grupo social, que engloba todos os elementos sociais que compartilham do mesmo modo de pensar e agir. Considerando as relações de dominação entre as classes, podemos verificar, sob o ponto de vista de classe dominada, um divórcio entre o pensar e o agir que se expressa no homem ativo da massa na existência de duas consciências teóricas: "uma implícita, na sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção 'verbal' não é inconsequente; ela liga a um grupo social determinado, infui sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contradição da consciência não permite nenhuma ação, nenhuma escolha e produz um estado de passividade moral e política" (Gramsci, 1978: 20-1). Essa consciência contraditória constitui, no pensamento gramsciano, o senso comum que é a forma de pensamento própria das massas, onde se encontram articulados de maneira bizarra elementos da ideologia dominante e elementos surgidos da sua própria

realidade de vida, expressando uma concepção de mundo ocasional e desagregada. Os momentos de lucidez que se evidenciam no senso comum, representam as bases de uma nova e independente concepção de mundo, ou seja, constituem "instituições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado" (Gramsci, 1978: 12). Este núcleo positivo do senso comum é o que Gramsci denomina de bom senso, ou seja, expressão embrionária de uma concepção de mundo própria que se manifesta na ação, merecendo ser desenvolvida em algo unitário e coerente.

A superação do senso comum pela elaboração filosófica, enquanto transformação do modo de pensar precedente e do pensamento concreto existente, só pode efetivar-se no quadro da história da filosofia, "que mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse o nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda essa história passada..." (Gramsci, 1978: 15). Fica claro na análise gramsciana que a teoria enquanto concepção de mundo manifesta-se em níveis diferenciados de elaboração, abrangendo desde o senso comum à ciência, colocando a impossibilidade de separação entre a chamada filosofia "científica" e a filosofia "vulgar" e popular, de vez que são momentos de um único processo. A filosofia da práxis é antes de tudo crítica do senso comum, não se tratando de novidade absoluta, mas "de inovar, tornar crítica uma atividade já existente" (Gramsci, 1978: 18).

A elaboração da concepção de mundo própria do proletariado não é um fato mecânico, consiste no processo histórico real de sua constituição como classe hegemônica, significando um rompimento com a ideologia dominante, que se verifica numa relação dialética com as transformações econômicas, como condição para a conquista do poder político.

A reforma intelectual e moral é pois o processo de constituição da ideologia das classes dominadas, a partir do qual se dá o afastamento da influência ideológica da classe dominante, desempenhando papel relevante para a transformação social, da perspectiva social. Da perspectiva das classes dominadas, "esse afastamento é uma necessidade a fim de conseguir romper a unidade baseada na ideologia tradicional, ruptura sem a qual a força nova não poderia adquirir consciência da própria independência" (Cardoso, 1977: 75).

A reforma intelectual e moral expressa-se na formação da vontade coletiva como "consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama real e efetivo", (Gramsci, 1978) sendo, portanto, a base do processo de organização da classe.

Nesse processo de reforma intelectual e moral o proletariado vai adquirindo consciência de fazer parte de uma força hegemônica que é "a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência na qual a teoria e a prática se unificam" (Gramsci, 1978: 21). A recuperação da unidade teoria x prática, na análise gramsciana, é uma exigência do processo histórico de transformação da sociedade, enquanto devenir histórico. Esse processo realiza-se na luta hegemônica, em que se coloca a necessidade da criação de uma elite de intelectuais. "Uma massa não se distingue e não se torna independente *per se* sem se organizar (em sentido lato) e não há organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes ou ainda sem que o aspecto teórico do nexo teoria x prática se distinga concretamente num estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceptual e filosófica" (Gramsci, 1978:21).

Gramsci destaca a função dos intelectuais evidenciando a significação histórica dos colaboradores individuais, na dependência direta do contato destes intelectuais com a massa. É nesse contato que o intelectual encontra a fonte dos problemas a estudar e a resolver, ao mesmo tempo em que é meio de difusão e socialização das descobertas para que se tornem bases de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. Só assim "a filosofia se torna histórica, depurada dos elementos intelectualísticos de natureza individual e se faz vida" (Gramsci, 1978: 18).

Cabe ao intelectual nesse processo a função de trabalhar no desenvolvimento da reforma intelectual e moral no sentido da formação da vontade coletiva, enquanto consciência atuante das camadas populares na sua organização política como classe, mediante um trabalho pedagógico assentado numa relação democrática entre intelectuais e massa. Nesse sentido, a prática pedagógica assume lugar de destaque no pensamento gramsciano como uma estratégia na luta pela hegemonia, no sentido de constituí-la ou de mantê-la. "Toda relação hegemônica é necessariamente pedagógica" (Gramsci, 1978: 37), existindo "em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos,

entre vanguardas e corpos dos exércitos" (p. 37). A prática pedagógica perpassa todo o processo hegemônico como uma exigência para adesão em torno de uma classe por outra classe, ou de uma fração de classes por outras frações, apresentando diversidades, considerando os interesses e as condições concretas das classes na luta hegemônica. No nível de classe dominada, a prática pedagógica configura-se como um processo democrático, compreendendo o conjunto de estratégias e práticas políticas a partir das quais se efetiva o processo de adesão, coesão e organização de classe, o que exige a criação de meios e mecanismos próprios numa ação dessimétrica à atividade pedagógica dominante.

O movimento cultural, no sentido de substituição do senso comum e das velhas concepções de mundo exige a inovação de práticas pedagógicas que garantam a elevação da consciência das camadas populares na formação da vontade coletiva como força decisiva na sua organização política.

A unificação da teoria e prática é pois síntese do processo histórico real, a partir do que Gramsci ressalta as especificidades de cada um destes elementos, compreendidos na unidade da relação entre eles. "Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação" (Gramsci, 1978: 51).

Conforme este pensamento, fica explicitada a questão da unidade, tanto do ponto de vista da *teoria*, enquanto um sistema de pensamento no qual está presente a prática, como em relação à prática, processo orientado pelo pensamento. A identificação da teoria e da prática na totalidade da práxis é pois um ato crítico, em que se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional (Gramsci, 1978: 53).

Com base nestes pressupostos, encaminhamos nossa reflexão no sentido de compreender o Serviço Social como parte da totalidade da práxis, expressando especificidades, determinadas pelas condições concretas que viabilizam esta profissão na sociedade em diferentes momentos históricos.

O Serviço Social como profissão definida no quadro da divisão social do trabalho é fundamentalmente uma intervenção direta na realidade social, servindo a interesses políticos presentes na luta hegemônica, expressando uma concepção de mundo.

Determinado pela dinâmica das relações sociais e interferindo nelas, o Serviço Social, na sociedade capitalista, institucionaliza-se como um tipo de ação social, viabilizada pelo Estado e Igreja, para atuar frente à questão social no sentido de atenuar as contradições geradas pelas relações capital x trabalho expressas nas precárias condições de vida da classe trabalhadora, contribuindo como esforço aos mecanismos de submissão dessa classe às exigências do processo de acumulação.

Em sua trajetória histórica na sociedade brasileira, essa profissão realiza sua prática predominantemente no âmbito da prestação de serviços assistenciais, nos setores de saúde, educação, lazer, habitação, previdência etc., "no estreito limite, condição e normas dadas pelo poder burocrático do Estado ou de empresas privadas e de economia mista, segundo a concepção assistencialista desses poderes, pela qual atendem a carentes e nunca sujeitos com direitos" (Lopes, 1984: 5). Através dessa forma de intervenção, o Serviço Social atende a interesses contraditórios, visto que participa dos mecanismos de dominação e exploração, ao mesmo tempo que responde às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, contribuindo para a reprodução dos antagonismos entre as classes.

Como um processo eminentemente político-ideológico, os seus efeitos repercutem fundamentalmente na formação da consciência, interferindo "na maneira de ver, de agir, de comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade" (Yamamoto, 1982: 173) contribuindo para sua adesão voluntária ou involuntária aos projetos hegemônicos das classes. Inscreve-se, portanto, nas relações sociais como uma prática de natureza pedagógica, vinculada predominantemente às estratégias de dominação, podendo, conforme compromissos assumidos com a classe trabalhadora, constituir-se num instrumento a serviço dessa luta.

Em seu processo histórico, o Serviço Social para responder às demandas do poder dominante, respaldou-se no pensamento positivista e nas explicações conservadoras da sociedade, especialmente a visão estrutural-funcionalista, principal base teórica de sustentação do Serviço Social "Tradicional", o que contribuiu para que essa profissão

se definisse reproduzindo a dicotomia teoria x prática como uma determinação do domínio de classe ao qual está servindo. Nestes parâmetros, limitou-se a aplicar regras a partir de conceitos genéricos e a-históricos, abstratos de forma fragmentada das Ciências Sociais, despreocupando-se com a produção teórica sobre as questões objetos de sua intervenção e questões da prática, inibindo suas possibilidades e capacidade de participar ativamente na construção da própria história e da história da práxis.

Deste modo, vem contribuindo para intensificar o divórcio entre o pensar e o agir, tanto a nível de sua própria elaboração enquanto atividade profissional, como na relação que estabelece na sociedade junto aos segmentos das camadas populares com as quais trabalha cotidianamente, na medida em que absorve e difunde uma concepção de mundo que lhe é imposta pelas relações de dominação que não contribui para a construção da consciência de classe dos setores populares.

A recuperação da unidade teoria x prática não é, conforme as determinações da práxis, uma tarefa específica e isolada do Serviço Social, mas diz respeito à totalidade do processo histórico de transformação da sociedade no qual pode e deve contribuir de forma efetiva e consciente. Neste sentido as perspectivas de vinculação do Serviço Social ao projeto histórico dos setores populares evidenciadas no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina se configuram nos esforços de construção de um projeto profissional alternativo, em andamento desde a década de 60 neste continente.

O Movimento de Reconceitualização como um processo amplo de contestação da profissão, busca fundamentalmente a crítica e revisão profissional face às exigências da realidade latino-americana, apresentando no seu interior uma diversidade de tendências e posicionamentos. Apesar dos equívocos, representa um marco significativo, na medida em que "introduziu o debate crítico, fundamental para o avanço do Serviço Social no sentido da superação do pragmatismo positivista e da tendência homogeneizante ditada pelos interesses do capital internacional e apontou para novas tendências colocando-o em consonância com a diversidade de pensamentos existentes na sociedade fundados nas relações contraditórias que a conformam e transformam" (Lopes, 1984: 6).

No Brasil este processo, numa fase inicial, encaminhava-se vinculando à perspectiva do desenvolvimentismo modernizador, sob a égide

do Estado autoritário que se implanta no país a partir de 64, o qual se reestrutura profundamente comprometido com a expansão do capital internacional, às custas do empobrecimento e do controle político da classe trabalhadora. Neste contexto a reconceitualização incentiva a tecnificação dos serviços assistenciais, sob a orientação dos processos de planejamento. Só mais recentemente, com as alterações verificadas no quadro conjuntural — “abertura política” como saída do governo militar — face ao desgaste do modelo político-econômico implantado em 1964, e às pressões advindas da organização da classe trabalhadora e de setores representativos da classe média, por maior participação política e melhores condições de vida, reforçado pela insatisfação de frações da burguesia com a política econômica e sistema político em vigor, vão repercutir no redimensionamento desse processo no país, assumindo a perspectiva de seu redirecionamento face às demandas dos setores populares. É portanto determinado pelo novo vínculo de classe que se observa a introdução de diferentes correntes de pensamento no âmbito dessa profissão. A postura fundada no materialismo histórico evidencia-se como predominante entre os adeptos do referido movimento, na perspectiva da produção de conhecimentos que venham instrumentalizar a intervenção na realidade de forma comprometida com os interesses populares a partir do qual busca contribuir para a recuperação da unidade teoria/prática, participando efetivamente do amplo processo de constituição desses setores como classe hegemônica.

2. Metodologia da produção de conhecimentos e metodologia da intervenção

Partindo da concepção de que o Serviço Social é uma expressão da práxis, portanto uma unidade abrangendo, uma dimensão teórica e uma prática, inserida em determinadas condições sociais, a abordagem desse tema remete, necessariamente, a essas duas dimensões e às suas múltiplas relações.

Entendemos metodologia como o conjunto de relações estabelecidas entre o sujeito e objeto de conhecimento e de intervenção, admitindo-se a distinção entre o processo de produção de conhecimento e o processo da prática interventiva. Tal distinção não representa dualidade entre conhecimento e aplicação, supondo que constituem momentos independentes, mas significa o reconhecimento de suas espe-

cialidades. A teoria sendo entendida como um conjunto de conhecimentos, produto inacabado e processo permanente de retificações contínuas de críticas e polêmicas, de superação de conceitos e de formas de pensar e agir; a prática como ação política pedagógica que tem uma estrutura própria, não prescindindo deste conjunto de conhecimentos para sua efetivação consciente, conseqüente, comprometida com o processo de transformação da realidade.

As relações que se configuram, sejam a nível do conhecer ou do agir, assumem diferentes formas, de acordo com a perspectiva teórica ou pontos de vista sob os quais se fundamentam, isto é, há uma diversidade dos conteúdos político-ideológicos nas formulações teóricas produzidas pelo Serviço Social e demais disciplinas profissionais, bem como uma diversidade de práticas que refletem diferentes posturas metodológicas determinadas por uma opção política. Neste particular, destacam-se três grandes perspectivas nas Ciências Sociais, que têm exercido influências no âmbito do Serviço Social, a partir das quais se definem as opções metodológicas no processo de produção de conhecimento e, conseqüentemente, no processo de intervenção na realidade: o empirismo, o formalismo e o racionalismo aberto.

A principal característica do empirismo consiste na suposição de que a verdade do conhecimento está contida na própria realidade, isto é, o conhecimento nasce do objeto real. Cabe ao sujeito, através dos procedimentos técnicos, a extração dessa verdade já pronta e acabada, pois a sua constatação é o momento do conhecimento e o método por si só garantirá a objetividade do produto. A perspectiva empirista baseia-se fundamentalmente na experiência, considerando-a como a principal fonte de conhecimento humano. Para o empirismo não há diferença entre o conhecimento em geral e o conhecimento científico, pois qualquer conhecimento resulta de pensar, constituindo-se, porém, a partir do sentir. O empirismo na sua forma mais radical é representado pela corrente positivista que afirma não ter sentido qualquer proposição não verificável empiricamente. Tal proposição foi, em parte, posteriormente retificada por correntes neopositivistas que consideram que “qualquer proposição que aspire ser verdadeira não pode afastar, de princípio, a possibilidade de sua comprovação empírica” (Agostinho Ramalho, 1980: 9). Tanto a posição inicial do positivismo, quanto a retificação feita pelos neopositivistas, sustentam, em essência, a mesma concepção, ou seja, o vetor epistemológico continua partindo do real. A este cabe a última palavra,

seja como fonte imediata do conhecimento, seja como fator de comprovação da realidade deste conhecimento.

Em oposição ao empirismo, a perspectiva formalista ou o racionalismo fechado se caracteriza por colocar o fundamento do ato de conhecer no sujeito, o qual não opera com o real, mas com conceitos. Na racionalidade, a busca encontra-se no sujeito, expressando-se como verdades através de deduções rigorosas a partir de outras verdades tomadas como premissas. Assim, a verdade está contida no interior do discurso teórico e depende exclusivamente do rigor lógico da construção teórica. Nesta perspectiva, a teoria se superpõe à realidade, competindo a esta ajustar-se às determinações daquela (a teoria), a fim de contribuir para a confirmação do discurso teórico. O objeto real é posto em posição secundária, a partir da tese fundamental do idealismo de que "não conhecemos coisas, mas sim representações de coisas ou as coisas representadas" (Agostinho Ramalho, 1980: 12).

Esta tese não implica necessariamente uma negação do real, mas expressa uma concepção de que nos é impossível conhecer as coisas tais como são em si mesmas. A concretização da perspectiva formalista se dá através da construção de modelos teóricos, os quais apresentam-se como construções científicas para explicações da realidade.

As duas posturas dualistas apontadas (positivismo e formalismo) identificam-se pela dicotomia entre o conhecimento e a aplicação, entre a teoria e a prática, entre sujeito e objeto do conhecimento e diferem entre si, na medida em que: a primeira está centrada na ilusão da objetividade plena e imediata; a segunda se apóia no rigor da lógica da própria construção.

Essas posturas marcaram fortemente o Serviço Social durante um longo período de sua história. Entretanto, a partir dos anos 60, quando se tornam mais agudas as contradições sociais e quando se evidencia o fortalecimento da consciência e da organização dos intelectuais e dos setores subalternos na América Latina, novas propostas de prática foram emergindo e se solidificando. É neste contexto que a investigação social tradicional, pretensamente neutra e objetiva, não consegue sustentar-se, dando lugar à concepção de que o saber é fruto da necessidade, sendo portanto produzido para servir à vida do homem, na qual estão as raízes de todo o conhecimento, não se podendo prescindir da aplicação para definir o conhecimento, do mesmo modo que o conhecimento é uma exigência fundamental para uma intervenção responsável e comprometida.

Esta perspectiva que se contrapõe à dualidade entre o conhecimento e sua aplicação e que supõe a relação estreita teoria x realidade, evidencia a concepção de que o processo de conhecimento se define em realidades históricas determinadas, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas relações sociais em determinados momentos. O sujeito do conhecimento constrói o seu objeto numa relação teoria/realidade, sob o comando da teoria e condicionado pelas determinações do real, estando a verdade contida nessa relação. É através de retificações contínuas e polémicas que a razão descobre a verdade, fazendo evoluir o conhecimento por meio de cortes e rupturas, descontinuamente. Portanto, há problematização do real e problematização da teoria, no processo de elaboração do conhecimento.

Nesta perspectiva antidualista o método é entendido como meio de ligação entre a teoria e o objeto, como ativação da primeira sobre o segundo. O método só tem sentido, portanto, como parte de um corpo teórico e não como conjunto de regras prefixadas que, por si só, garantem o caráter científico do produto da investigação ou a eficácia da intervenção.

Esta postura de construção do conhecimento, fundada no materialismo histórico e dialético, tem influenciado o Serviço Social a partir do seu movimento de reconceitualização, iniciado nos anos 60, na América Latina, pela possibilidade vislumbrada pelos adeptos do referido movimento de produzirem conhecimentos que venham instrumentalizar a intervenção na realidade numa perspectiva comprometida "com os interesses dos setores populares e de resgatar a unidade teoria x prática, participando efetivamente do processo de constituição desses setores como classe hegemônica" (Abreu *et alii*, 1985: 41).

O movimento de reconceitualização do Serviço Social se constitui um marco para a profissão pelas questões emergentes no processo, destacando-se entre estas a pesquisa que passa a ser objeto de preocupação, na medida em que a categoria profissional começa a se preocupar não mais em aplicar tão-somente, mas em analisar efetivamente as questões de sua prática, na perspectiva de superar o pragmatismo. Neste sentido, começa a assumir a pesquisa como um instrumento de trabalho, apropriando-se desse instrumento aliada a esta preocupação fundamental de pensar a realidade, destacando-se outra não menos importante que é a de contribuir para o processo de transformação social através de uma intervenção vinculada aos projetos dos setores subalternos da sociedade. Esta dupla preocupação que se

coloca como desafio para o Serviço Social exige do profissional uma postura metodológica que garanta a unidade teórica/prática, superando a postura dualista que separa o pensar do agir e estimula o pragmatismo.

Nesta perspectiva de unidade e de superação do pragmatismo é que destacamos de fundamental importância para o Serviço Social, a metodologia da investigação/ação, por se tratar de uma alternativa de pesquisa, cujas premissas básicas (participação dos setores populares no processo de produção de conhecimento e o uso concreto desse conhecimento por parte desses setores, no fortalecimento da luta pela transformação da sociedade), se levadas em consideração, poderão contribuir no encaminhamento de propostas atuais do Serviço Social tais como: aliança com os setores populares, expressa no compromisso com suas lutas; superação do assistencialismo, o que não significa eliminação da assistência mas redimensionamento desta utilizando-a como instrumento de mobilização; construção de um saber específico do Servidor Social tomando a prática com os setores populares como referência fundamental.

Estas novas propostas de práticas do Serviço Social refletem um avanço quanto ao entendimento da intervenção como "processo político que se define na correlação de forças que caracteriza os diferentes momentos conjunturais e que se expressa na dinâmica das práticas institucionais" (Abreu *et alii*, 1985: 48). É portanto distinto do processo de produção de conhecimento, mas organicamente a este relacionado.

Como processo político e ideológico, a prática do Serviço Social se realiza através de um trabalho pedagógico dimensionado, segundo a análise gramsciana, como estratégia de luta pela hegemonia no bloco histórico.

Nesta perspectiva de análise "todo o processo hegemônico como processo de classe é perpassado pela atividade pedagógica, a partir da qual se dá a adesão em torno de uma classe tanto a nível interno da classe como a nível externo" (Abreu, 1985: 49). Há portanto uma consonância da estrutura da prática interventiva com os interesses da classe a que serve. Os elementos definidores dessa estrutura são: problemática, objetivos, estratégias e táticas, cujas relações que estabelecem entre si podem configurar práticas diversificadas, determinadas pelas diferentes formas de inserção do Serviço Social na sociedade, mediante vinculação com os projetos das classes fundamentais e busca

de fundamentos teóricos que correspondam aos interesses destas classes.

Desta forma, a partir dos diferentes pontos de vista com que forem analisadas as problemáticas, objetos de intervenção, serão definidos os objetivos, os quais podem situar-se na perspectiva de intervenção e ajustamento social ou podem referir-se à perspectiva de transformação das relações sociais a partir da libertação social. Esses objetivos não expressam interesses meramente profissionais mas são "parte da totalidade de interesses que norteiam o desenvolvimento do projeto interventivo de uma determinada classe na luta hegemônica" (Abreu *et alii*, 1985: 51).

Em articulação com os objetivos, as estratégias e táticas expressam-se, respectivamente, em amplas propostas e em ações mais específicas de alcance imediato. As estratégias e táticas constituem os elementos básicos da estrutura metodológica da prática interventiva e apresentam conteúdos e dinâmicas particulares que correspondem ao projeto da classe a que se vincula a prática.

Na perspectiva dos setores dominantes, a prática interventiva camufla o caráter político das ações profissionais. O processo metodológico é definido em termos de "diagnóstico, elaboração de programas e projetos, controle de atividades e avaliação de resultados, apresentando-se no discurso profissional com uma aparência neutra e apolítica, o que não exclui o seu caráter de classe, embora pretenda encobri-lo" (Abreu *et alii*, 1985: 53).

Na perspectiva do interesse da classe trabalhadora, as estratégias e táticas têm como eixo da preocupação as relações de força, de poder e de saber. Estas relações se dão entre o assistente social e os usuários de seus serviços e são determinados pelas relações de forças existentes na sociedade. Isto implica uma "reelaboração teórica, política e técnica das relações sociais, através de estratégias e táticas de alianças e confronto na perspectiva de alterar a correlação de forças existentes, tendo em vista os interesses desses usuários" (Faleiros, 1985: 105).

Neste sentido a prática interventiva do Serviço Social se volta para a mobilização, organização e conscientização dos setores populares, o que exige o engajamento do profissional nas lutas cotidianas da classe trabalhadora apoiando os usuários em sua inserção no processo de luta de classe.

A partir desta discussão ficam evidenciados o caráter técnico, as determinações políticas e a dimensão teórica do Serviço Social e reafirmada a singularidade do processo de produção de conhecimento e do processo interventivo na realidade, bem como a relação estreita teoria/prática.

3. Indicações para ampliação do debate

O debate que vem sendo desenvolvido evidencia diferentes posições que representam esforços de sistematização das discussões em curso, recolocando novas questões que decisivamente fazem avançar o processo de construção teórica do Serviço Social. Dentre estas, destacamos duas que consideramos centrais:

- existência da teoria do Serviço Social;
- especificidades da metodologia da intervenção e metodologia da produção do conhecimento.

A noção de teoria como atividade exclusiva do campo da ciência vem sendo colocada como base para o debate sobre a questão da teoria do Serviço Social. Esta noção nega, obviamente, a possibilidade de elaboração teórica em outras instâncias da vida social e permite formular uma indagação muito pertinente quando se pensa o Serviço Social como intervenção na realidade: as orientações teóricas da prática estariam também restritas às definições científicas? Para Gramsci a consciência teórica que orienta as ações práticas dos homens pode expressar-se em níveis distintos de elaboração e complexidade, abrangendo desde a consciência difusa e bizarra do senso comum à consciência filosófica, enquanto reconstrução mais complexa da prática. As formulações teóricas não são, pois, exclusividade da ciência. Segundo Miriam Limoeiro Cardoso, "os saberes produzidos em diferentes campos mantêm múltiplas conexões entre si num espaço histórico-social dado" (1981:14), representam formas específicas de conhecer, de expressar-se e de intervir sobre uma realidade concreta: são formas relativamente autônomas de uma totalidade social dada.

Para Miriam a prática política supõe "uma avaliação adequada das condições gerais e das especificidades das relações entre forças em jogo. Avaliação adequada de condições sempre novas é conhecimento e essa adequação diz do caráter de verdade desse conhecimento" (Cardoso, 1981: 14). No encaminhamento da prática política, nem

sempre os dirigentes contam com conhecimentos científicos suficientes para respaldar a formulação das estratégias e táticas de ação. O conhecimento que aí se produz pode antecipar sua própria formulação como conhecimento científico. O erro é confundir o conhecimento gerado na prática com conhecimento científico, ainda que sejam planos de um processo que é único.

A partir desta ótica, pode-se pensar a questão da teoria do Serviço Social como uma exigência da sua prática. O Serviço Social como profissão, ou seja, como um tipo de especialização do trabalho coletivo, supõe uma intervenção na realidade social referenciada numa base teórica de explicação dessa realidade e sobre esta intervenção.

Rompendo com a postura positivista, o Serviço Social pode e deve participar da construção de conhecimentos que embasam sua intervenção, tomando como objeto as questões concretas, sobre as quais atua e a própria intervenção sobre estas questões, o que consiste, considerando o longo período em que essa profissão vem se submetendo a uma concepção de mundo imposta pelo poder dominante, no resgate de sua participação consciente na construção de sua própria história e da história da práxis.

As elaborações teóricas desenvolvidas por esta profissão, a partir e em função de sua prática, não podem ser vistas apenas como meras sistematizações da prática, expressando relatos das experiências vivenciadas, mas como construções que podem alcançar níveis diversos de abstração e complexidade, inseridas, enquanto elaborações parciais, no processo mais amplo de conhecimento do ser social como totalidade. Essa totalidade não pode ser conhecida a não ser por aproximações sucessivas do objeto. Portanto, parece inadequado reconhecer a possibilidade de construção de conhecimento do Serviço Social e não admitir estas elaborações como construções teóricas do Serviço Social, independentemente do nível de abstração que possam alcançar. A legitimidade destas construções não é dada teoricamente, mas historicamente, o que descarta a noção de objeto próprio, método próprio, teoria própria enquanto exclusividades, mas reafirma a suposição de que o Serviço Social, enquanto prática inserida efetivamente na realidade social, define suas especificidades em decorrência das condições concretas que a determinam.

Estes pressupostos se refletem na compreensão da metodologia do Serviço Social, considerando as peculiaridades do processo inter-

ventivo e do processo de construção teórico, ou seja, da teoria e da prática como unidade no processo histórico da práxis.

O método — conjunto de relações estabelecidas entre sujeito e objeto — é essencialmente um processo, que no Serviço Social deve ser pensado face a especificidades da teoria e da prática. Há métodos diversos para a produção de conhecimentos sobre a realidade que respondem a interesses políticos das classes sociais na luta hegemônica, que entram na instrumentalização das diferentes possibilidades da prática interventiva.

Sob o ponto de vista do materialismo histórico, Marx distingue métodos a nível da produção teórica: método da investigação e método da exposição. Isto abre a possibilidade de se pensar também métodos distintos, dentro de uma mesma matriz teórica, admitindo-se, portanto, a possibilidade da existência de métodos da intervenção, cujas estruturas e relações entre os elementos que os constituem, são determinadas pelas diferentes formas através das quais o Serviço Social se insere na sociedade, considerando o vínculo com os projetos das classes fundamentais e a busca de fundamentos teóricos que correspondam aos interesses destas classes. Há, portanto, uma consonância da estrutura metodológica de intervenção com os interesses da classe a que serve e os pontos de vista sob os quais são analisadas e construídas as problemáticas objetos de intervenção. Isto evidencia a relação orgânica entre o processo de produção de conhecimento e o processo de intervenção da realidade, reconhecendo as singularidades desses dois processos. Este aspecto é trabalhado com maiores detalhes no item 3 deste documento.

Bibliografia

- ABREU, M. M.; RIBEIRO, M. A. F. R. & RODRIGUES, M. L. B. *Questões metodológicas do Serviço Social*; Contribuição à desmistificação e ao redimensionamento. São Luís, UFMA, 1985.
- _____. *Serviço Social como prática pedagógica*. São Luís, UFMA, mimeo, 1983.
- CARDOSO, F. *Alguns entojques sobre a experiência desenvolvida junto ao pescador artesanal da ilha de São Luís*. Trabalho apresentado no II Encontro de Extensão Universitária da Amazônia, set. 1982.
- CARDOSO, M. L. *O mito do método*. Série monográficas em Ciências Estatísticas e Aplicações, n.º 3/71. Rio de Janeiro, Dep. Economia PUC.

- _____. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil [K]-O. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 1977a.
- _____. *A periodização e ciência da História*; Observações preliminares. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977b.
- _____. *La construcción de conocimientos*; Cuestiones de teoría y método. México, Ediciones Era, 1977c.
- _____. *Para conocimiento dos objetos históricos*; Algunas questões metodológicas. Rio de Janeiro, mimeo., s.d.
- _____. Prefácio. In: GUADALUPE, M. *Ideologia e Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1983.
- CARVALHO, A. M. A. *A questão da transformação e o trabalho social*; Uma análise gramsciana. São Paulo, Cortez, 1983.
- _____. *Notas sobre a prática social*. Texto mimeografado. São Luís, UFMA/DESES, 1983.
- FALEIROS, V. P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1981.
- _____. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo, Cortez, 1985.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978a.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978b.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, O. (org.). *Marx*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Autler, 1979.
- LOPES, J. B. *Objeto e especificidade do Serviço Social*; Pensamento latino-americano. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- _____. *Pensando o método e o ensino da metodologia do Serviço Social*. Texto mimeografado, São Luís, 1984.
- MARX, K. Para crítica da economia política. In: GIANNOTTI, J. A. *Marx*. Comp. manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- PAULO NETTO, J. *La crisis del proceso de reconceptualización del Servicio Social*; Está en crisis la reconceptualización. Buenos Aires. Humanitas, 1975.
- _____. *A propósito da disciplina de metodologia*. *Serviço Social & Sociedade*, n.º 14, ano V, São Paulo, Cortez, abr. 1984.
- _____. Teoria, método e história na formação profissional. *Caderno ABESS*, n.º 1, São Paulo, Cortez, 1986.
- YAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*; Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1982.
- _____. *Legitimidade e crise do Serviço Social*; Uma interpretação sociológica da profissão. São Paulo, Tese de mestrado, USP, 1984.

no âmbito do Serviço Social. Só o partido se define por um determinado programa. Ao nível profissional existem diferentes projetos e que estão em luta. A opção por um projeto existe e ela vai direcionar a prática. Quanto à questão do intelectual, fica claro que o Serviço Social não problematizou de maneira suficiente essa questão. Reduz-se o papel do intelectual ao vínculo de origem de uma classe, não levando em conta o papel de direção e do poder que ele possui para exercer influência.

Marina Maciel Abreu — Como se tem na preocupação de fundo a questão do Serviço Social como intervenção, cujo processo de conhecimento está em função da prática, ele se peculiariza como prática. Pensando a perspectiva da prática, a formulação de Gramsci sobre a práxis dá uma contribuição efetiva para se pensar essa proposta. Pensou a produção de conhecimento como uma necessidade, como uma exigência desse processo político. Ainda há fragilidades pois o pensamento de Gramsci é complexo. A tentativa é de analisar teoricamente e viver. Analisar através de uma prática concreta. Agora já se tem elementos para aprofundar as questões teóricas, os fundamentos, no sentido da sua problematização; através da via gramsciana resgatar os fundamentos da teoria marxista.

Marilda Vilela Iamamoto — Como se coloca, no texto, a posição da distinção entre metodologia do conhecimento e da ação?

Franci Gomes Cardoso — Metodologia da ação articula problemáticas, objetivos, estratégias e táticas, como elementos fundamentais da intervenção. Isso fundamentado num conhecimento sobre a realidade na qual se age. Os procedimentos não são neutros. Eles são guiados por conhecimentos que propiciam diretrizes e elementos para desvendarem a realidade. A metodologia do conhecimento é o processo de apreensão do real e a metodologia da ação é o conjunto de estratégias e táticas que incidem sobre esse real, transformando-o. Processo de apreensão do movimento do real não pode ser confundido com o movimento do real.

Aldaiza Spasiani — Parece que o entendimento é de arranjo político dos procedimentos, os procedimentos são diferentes mas guiados por uma teoria a partir de uma mesma matriz teórica.

Mariilda Vilela Iamamoto — O método é um só, ligado à teoria. O método em Marx não é só um método de conhecimento. Ao escrever *O capital* Marx propunha desenvolver e viabilizar um instrumental de

análise do proletariado, de sua prática política. Então, é um produto do conhecimento, e que tem sua particularidade. É um produto de um processo de investigação mas que é expressão, ao nível abstrato, daquela luta que está se dando, que é a luta de classe. Por exemplo, quando se estuda *O capital*, o *18 Brumário*, o *Manifesto*, são textos que contêm a mesma problemática que tem níveis de aproximação da prática, do real, da prática imediata, conjuntural, diferentes. A matriz teórica é a mesma, os níveis de abstração é que se diferenciam. Essa referência pode ajudar a compreender a questão da ação/conhecimento para não se cair na dicotomia ou no determinismo e voluntarismo. O operário se define enquanto tal quando produz mais valia. Essa determinação é que o qualifica como operário. Em sentido operário, a função dele na ótica de *O capital* é reproduzir o capital. Essa determinação social a qual ele não pode fugir, porque ela é histórica, sem isso ele não é operário na sociedade capitalista, é exatamente o que dá o gancho político para ele se libertar da relação desse trabalho, de ter uma prática política de libertação, e criar um partido de classe. Cria e atua como um sujeito coletivo na sociedade sem perder e sem fugir à determinação social que lhe dá a figura do operário. Não é um esclarecimento marxista que lhe viabiliza ter uma prática política, de ele se constituir como sujeito social. Isso vem da inserção dele, enquanto operário, na prática social. Desvendar e aprender a superar a mistificação e as dificuldades que a própria sociedade lhe coloca. Como se dá essa passagem para o Serviço Social?

O Serviço Social na sociedade capitalista, a sua razão histórica de ser, tem a ver com a reprodução do trabalho, com a reprodução da ideologia, porque são razões sociais que elevam a institucionalização, a necessidade social histórica do ter esse profissional na sociedade. Não é da cabeça do profissional que vai ser possível a transformação disso em outra direção, é possível a prática política em outra direção porque essa sociedade tem contradições e forças que fazem com que o profissional, ao se defrontar com esse movimento de sociedades, essa possibilidade não é dada pela cabeça mas pelo movimento da história. O profissional, enquanto sujeito deste processo, pode fortalecer esse rumo do processo histórico como pode não fortalecer. Não há um determinismo ou um despotismo esclarecido. Isso é uma leitura idealista de interpretação do que está feito, como se atribuir a mudança da cabeça de toda a categoria profissional.

Se tiver um projeto profissional novo, ter-se-á uma prática nova: mudando a cabeça, muda-se a qualidade da prática. Isso não é tão automático assim. A idéia de "educador dos pobres" remete para o lado messiânico. Há uma polémica e a questão é de compreensão. Por exemplo, se se parte de uma leitura mecanicista, de um nível maior de abstração, pode-se afirmar que o capital é dedutivo. Para se chegar às determinações mais fundas — partindo do dinheiro, valor, mercadoria — Marx só consegue isso depois de ter feito um processo de instigação. Resgatar as particularidades, estudar fundo os problemas com os quais ele está se defrontando só assim é possível fazer uma referência mais geral até chegar no particular. Esse movimento metodológico é muito importante de apreender, deve ser lido com todas as implicações que tem esse processo, esse movimento. Não se pode afirmar que se tem um método de exposição, um método de investigação e um método de ação.

Francis Gomes Cardoso — O conhecimento existe em função da prática. Não se pode desvincular o conhecimento da prática, pois o conhecimento contém elementos decisivos da prática, enquanto esta é elemento indispensável para que o conhecimento seja colocado em ação.

José Paulo Netto — Por que isso é denominado de metodologia da ação?

Marina Maciel de Abreu — Metodologia é entendida fundamentalmente como processo: de produção de conhecimento e de intervenção. Não são iguais, mas intrinsecamente relacionados.

José Paulo Netto — Parece que não está deslocado da teoria, mas porque nos dois casos pensam uma processualidade. Quando vocês pensam na prática, colocando o Serviço Social na ótica interventiva, é correto o pensamento. É fundamentalmente operacional. A processualidade do que vocês chamam de método na intervenção é fundamentalmente operacional. Por que isso é um método?

Aldaiza Sposati — Seria porque esta processualidade é uma pedagogia. Tem uma organicidade, tem uma lógica. É uma lógica pedagógica.

Marina Maciel Abreu — Entende-se um processo interventivo não meramente como uma ação operativa no sentido tecnicista, ação

mecânica, mas como um processo que implica uma concepção de mundo, compreensão de questões que iluminam todos os passos, permitindo a elaboração de estratégias, de instrumentos que potenciam a ação. Configura um movimento, teoria-objeto que não é o mesmo movimento, ainda que nesse processo se esteja também preocupado com o conhecimento, pois o processo de conhecimento implica um outro projeto sobre esse mesmo objeto, partindo dessa mesma teoria. São projetos que devem caminhar juntos para que a prática torne-se mais orgânica, coerente. Na teoria há a proposta, na ação é a própria transformação.

Marilda Viela Iannamoto — Parece que a diferença está entre o trabalho de produção intelectual e a prática política.

Marina Maciel Abreu — É preciso trabalhar as especificidades para poder avançar essa ação interventiva.

Vicente Faleiros — A palavra método tem uma polissemia extraordinária e só pode ser entendida em cada contexto. Não se pode falar abstratamente. No marxismo tem um sentido, no funcionalismo, outro. É preciso refletir sobre a questão do método, no próprio serviço social pela diversificação de sentido que ele contém. É preciso também refletir sobre a ação. Como modificar o modo de ser? A questão da ação é fundamental. No idealismo a concepção de conhecimento é adequada a cabeça à realidade. No marxismo, precedido por Kant, o conhecimento pressupõe o papel ativo do sujeito na relação com o objeto. Não é a relação de um submeter-se ao outro. Quando o sujeito age, muda seu modo de pensar. Não é só a ação que é subordinada ao conhecimento — senão corre-se o risco do idealismo. A ação modifica profundamente o conhecimento. É essa a questão pedagógica. Se não se tiver um método para isso perder-se-á toda a riqueza da ação que pode influir no conhecimento. O método é entendido aí como uma articulação de conceitos, de categorias, de possibilidades.

Outra questão é a do intelectual. Parece que a Marilda enxerga o assistente social como "um déspota esclarecido". Pela determinação social, ele é um déspota que controla, que burocratiza. Mas o marxismo vai dar a ele um esclarecimento dessa realidade e vai exercer sua função de déspota esclarecido pelo materialismo histórico, pelo abstrato, e vai trabalhar essa realidade. Enquanto que a concepção que o Maranhão coloca é a do "educador dos pobres", que vai trabalhar

a pedagogia, para que o pobre tome consciência da sua pobreza e reaja pedagogicamente a ela e mude a sua condição.

Esse tipo de intelectual, que não é o do partido, é determinado, tem um papel complexo, tanto pela determinação social quanto pelas condições de administração da pobreza. Gramsci ajudou essa relação do profissional como formador do consenso, da ideologia, do pensamento. Esse papel de educador não é como o dono da verdade que vai educar, mas pela sua função, pela sua determinação social. O assistente social não é intelectual partidário. É um intelectual no sentido amplo da palavra e que pelas determinações existentes no modo de produção capitalista, nas condições do trabalho, nas instituições, exerce, queira ou não, esse papel educativo mas contraditório. Nas instituições há relações, e o assistente social trabalha, oportuniza as relações e aí o papel de facilitador, não é de intermediador neutro, mas tem um trabalho político nas relações de força para desenvolver a articulação de certos interesses que estão em jogo. São questões que parecem ser miúdas, o próprio Gramsci chama isso de "política miúda", mas que envolvem uma política maior. Os assistentes sociais são chamados a resolver essa política miúda como profissionais. Aí há o papel da crítica e da autocrítica, que dá tanto aos participantes, usuários, como aos profissionais, o caráter pedagógico. Ela se exerce na explicitação das contradições que estão presentes, mas que não se explicitam por si mesmas. Para fazer um serviço social diferente é difícil, pois há todo um peso da tradição e falta um programa para levar às escolas, às comunidades. É preciso um programa do Serviço Social para implementar as discussões nas escolas, de tal forma que esse Serviço Social, não seja derrotado. Essa proposta passa pela ABESS, pelo CRAS, pelas organizações e pode ou não ser chamada de método.

José Paulo Netto — Surgiu a idéia do mobilizar, organizar, conscientizar para transformar. Nos últimos 20 anos, o Serviço Social rebate essa idéia em sua prática. Esquece que a direita historicamente também jogou nisso. O que não é fundamental para o Serviço Social é organizar e mobilizar. O que é importante é conscientizar. O fascismo clássico era fundamentalmente organizador e mobilizador de massas trabalhadoras, de classes subalternas. Freqüentemente o Serviço Social perde esse elemento. Ele é também mistificador. Esse é o corte do Serviço Social. A diferença está aí. A mistificação tem um peso na formação da consciência e determinado tipo de consciência.

